



Relatório Contábil de Encerramento do Exercício 2021

**Fundação Universidade Federal de Viçosa
Órgão 26282**

**Viçosa/MG
2022**



Apresentação

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) é uma das mais antigas instituições de ensino superior do Brasil. Ela foi inaugurada como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Esav), em 28 de agosto de 1926. A Esav foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Uremg), em 1948, e federalizada, como UFV, em 1969. Além do *campus* localizado na cidade de Viçosa, a Universidade possui, desde 2006, os *campi* UFV – Florestal e UFV – Rio Paranaíba, localizados em Florestal (MG) e em Rio Paranaíba (MG), respectivamente.

Inicialmente, a instituição se destacou nas Ciências Agrárias, com os cursos de Agricultura e de Veterinária. Hoje, além de continuar sendo referência na área, também possui excelência no ensino, na pesquisa e na extensão das ciências Biológicas, Exatas e Humanas.

A UFV oferece ensinoss médio e técnico, cursos de graduação e programas de pós-graduação nos seus três *campi*, nos quais estão matriculados mais de 20 mil estudantes. No total, a Universidade já graduou mais de 60 mil profissionais e orientou a defesa de mais de 12 mil dissertações de mestrado e quatro mil teses de doutorado.

Frequentemente, a Universidade Federal de Viçosa é destaque em rankings educacionais do país e do mundo. Ela já esteve, três vezes, entre as 100 melhores instituições de ensino superior do mundo na área das Ciências Agrárias e Florestais, de acordo com o *QS World University Rankings*, e entre as melhores de Minas Gerais, segundo o ranking da *Times Higher Education* e o *Brics & Emerging Economies*. O desempenho dos estudantes do Colégio de Aplicação (CAp-Coluni) também foi considerado, por sete vezes consecutivas, o melhor, entre as escolas públicas do país, no Exame Nacional de Educação do Ensino Médio (Enem).

Obs: Informações extraídas no site institucional da Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <https://www.ufv.br/apresentacao/>



DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 da Fundação Universidade Federal de Viçosa.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64 e Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT TSP 11 de 18/10/2018 (D.O.U. 31/10/2018), NBCT TSP Estrutura Conceitual de 23/09/2016 (D.O.U. 04/10/2016), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto no tocante a:

a) Evidenciação de bens imóveis da Instituição devido à evolução incompatível dos bens em andamento e bens de uso especial registrados no SPIUnet e SIAFI, bem como a existência de saldos alongados em determinadas unidades.

Providências: Solicitação aos responsáveis pela gestão e acompanhamento de obras e imóveis, por meio de comunicação interna, da relação com as informações e saldos atualizados para fins de conciliação, regularização e registros dos bens imóveis e seus valores, de acordo com a natureza (em andamento e em utilização/de uso especial – registrados no Spiunet) e benfeitorias realizadas por terceiros, possivelmente, não registradas.

b) Valor dos bens móveis evidenciados nos demonstrativos contábeis não refletem com fidedignidade o patrimônio do órgão em razão do atual Sistema Integrado de Materiais (SIM), desenvolvido pela UFV, utilizado para gerenciar e auxiliar nas informações dos processos de compras, estoque e controle patrimonial não possuir integração aos demais Sistemas Estruturantes do Governo Federal, o que resulta em divergências para conciliação e acompanhamento da evolução tempestiva entre os sistemas patrimonial e contábil. Além disso, o SIM não acompanhou as atualizações das exigências do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Providências: Migração para o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) instituído pela Portaria do Ministério da Economia nº 232, de 02/06/2020, no intuito de gerenciar e controlar os acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de intangíveis e frota de veículos (e respectivo cálculo da depreciação e amortização). Nesse sentido, a implantação do subsistema de patrimônio encontra-se em andamento na fase de correlação dos bens nos *campi* de Viçosa (CAV), Florestal (CAF), Rio Paranaíba (CRP) e Capinópolis (CEPET), uma vez que os arquivos extraídos do SIM foram validados e importados no SIADSWEB de forma automatizada. Além disso, também encontram-se em andamento os trabalhos da comissão inventariante, cujos levantamentos serão imprescindíveis para a revisão e atualização da carga



patrimonial da instituição a ser efetivada no SIADS. Pretende-se com a efetivação da implantação do SIADS sanar os problemas relacionados a divergência de valores dos bens patrimoniais e corrigir eventuais erros de saldos de depreciação.

c) Ausência de evidenciação do registro de marcas, patentes e teste anual de redução ao valor recuperável dos bens intangíveis classificados com vida útil indefinida (não amortizáveis) nos demonstrativos contábeis. O calendário de implantação do Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP), definido pela Portaria STN nº 548/2015, já previa o início da mensuração e evidenciação de intangíveis com as respectivas amortizações, reavaliações e reduções ao valor recuperável.

Providências: Solicitação, por meio de comunicação interna, à Comissão Permanente de Propriedade Intelectual (CPPI) da lista dos bens intangíveis e demais bens incorpóreos/imateriais com base em sua natureza (marcas, patentes, softwares, contratos, licenças, direitos autorais, desenvolvimento de tecnologia e outros), com a descrição completa, origem (forma de aquisição) e tipo (permanente ou temporária) para o levantamento inicial dos bens intangíveis da Instituição visando a avaliação por comissão competente a fim de melhorar a qualidade da informação apresentada nos demonstrativos contábeis e atender aos dispositivos legais.

(d) A divergência entre a arrecadação de receitas próprias e o controle dos contratos de terceiros (atos potenciais ativos) devido ao não registro destes pelo serviço competente tem sido alvo de apontamento nas notas explicativas e restrições contábeis.

Providências: O Setor de Arrecadação passou por uma reestruturação, porém ainda é necessário readequar os fluxos de processos e procedimentos a fim de regularizar e melhorar a qualidade da informação evidenciada nos demonstrativos contábeis da Instituição mediante os registros da atualização dos processos, relatórios e planilhas enviadas pela gestão de imóveis.

Estou ciente das responsabilidades cíveis e profissionais desta declaração.

Viçosa, 24 de janeiro de 2022.

Camila Henriques de Paula

Camila Henriques de Paula

CRC/MG 104.978/O-4

Contadora Responsável



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DIRETORIA FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2021



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
 ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2021
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 18/01/2022
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	79.424.559,22	73.240.745,48	PASSIVO CIRCULANTE	244.280.782,89	216.699.655,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	77.506.775,40	71.220.287,08	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	74.367.012,12	72.756.010,48
Créditos a Curto Prazo	1.091.039,94	1.094.586,24	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.091.039,94	1.094.586,24	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.885.598,33	5.792.224,94
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	5.363,13	23.531,07
Estoques	826.743,88	925.872,16	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	165.022.809,31	138.127.888,80
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.213.931.528,42	1.231.599.035,35	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	105.055,60	794.763,77
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	105.055,60	794.763,77
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-

(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	244.385.838,49	217.494.419,06
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	1.213.550.872,61	1.231.238.968,54	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	117.238.230,47	112.546.491,87	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	177.716.927,09	166.436.106,79	Resultados Acumulados	1.048.970.249,15	1.087.345.361,77
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-60.478.696,62	-53.889.614,92	Resultado do Exercício	-7.951.495,89	215.204.610,68
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	1.087.345.361,77	861.629.986,48
Bens Imóveis	1.096.312.642,14	1.118.692.476,67	Ajustes de Exercícios Anteriores	-30.423.616,73	10.510.764,61
Bens Imóveis	1.106.747.518,86	1.128.354.365,01	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-10.434.876,72	-9.661.888,34	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.048.970.249,15	1.087.345.361,77
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	380.655,81	360.066,81			
Softwares	380.655,81	360.066,81			
Softwares	380.655,81	360.066,81			

(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.293.356.087,64	1.304.839.780,83	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.293.356.087,64	1.304.839.780,83

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	77.506.775,40	71.220.287,08	PASSIVO FINANCEIRO	163.192.922,93	144.636.274,20
ATIVO PERMANENTE	1.215.849.312,24	1.233.619.493,75	PASSIVO PERMANENTE	174.897.801,44	151.629.828,83
			SALDO PATRIMONIAL	955.265.363,27	1.008.573.677,80

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	88.882.427,79	57.997.758,74	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	132.881.935,85	143.557.723,46
Atos Potenciais Ativos	88.882.427,79	57.997.758,74	Atos Potenciais Passivos	132.881.935,85	143.557.723,46
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	88.882.427,79	57.997.758,74	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	132.881.935,85	143.557.723,46
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	88.882.427,79	57.997.758,74	TOTAL	132.881.935,85	143.557.723,46

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-63.139.735,37
Recursos Vinculados	-22.546.412,16
Educação	-6.170.208,96
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-660.000,00
Previdência Social (RPPS)	-
Previdência Social (RGPS)	12.542,88
Dívida Pública	-10.021.237,04
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-1.707.509,04
Outros Recursos Vinculados	-4.000.000,00
TOTAL	-85.686.147,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO
SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2021
PERÍODO Anual
EMISSÃO 18/01/2022
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	10.828.492,00	10.828.492,00	5.171.085,34	-5.657.406,66
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.007.921,00	1.007.921,00	986.652,16	-21.268,84
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	688.028,00	688.028,00	296.829,75	-391.198,25
Valores Mobiliários	319.893,00	319.893,00	689.822,41	369.929,41
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	9.820.571,00	9.820.571,00	4.064.493,83	-5.756.077,17

Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	9.820.571,00	9.820.571,00	4.063.638,43	-5.756.932,57
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	855,40	855,40
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	119.939,35	119.939,35
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	37.517,74	37.517,74
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	82.421,61	82.421,61
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	404.164.492,00	404.164.492,00	193.550,00	-403.970.942,00
Operações de Crédito	404.164.492,00	404.164.492,00	-	-404.164.492,00
Operações de Crédito Internas	404.164.492,00	404.164.492,00	-	-404.164.492,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	193.550,00	193.550,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	193.550,00	193.550,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	414.992.984,00	414.992.984,00	5.364.635,34	-409.628.348,66
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	414.992.984,00	414.992.984,00	5.364.635,34	-409.628.348,66
DEFICIT			1.008.674.615,91	1.008.674.615,91

TOTAL	414.992.984,00	414.992.984,00	1.014.039.251,25	599.046.267,25
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	4.034.925,00	-	-4.034.925,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	4.034.925,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	955.170.463,00	955.317.830,00	1.006.257.436,90	946.993.777,03	881.939.841,28	-50.939.606,90
Pessoal e Encargos Sociais	838.142.180,00	842.269.656,00	834.021.080,49	834.021.080,49	773.389.728,42	8.248.575,51
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	117.028.283,00	113.048.174,00	172.236.356,41	112.972.696,54	108.550.112,86	-59.188.182,41
DESPESAS DE CAPITAL	6.209.677,00	10.097.235,00	7.781.814,35	422.941,61	373.148,23	2.315.420,65
Investimentos	6.209.677,00	10.097.235,00	7.781.814,35	422.941,61	373.148,23	2.315.420,65
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	961.380.140,00	965.415.065,00	1.014.039.251,25	947.416.718,64	882.312.989,51	-48.624.186,25
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	961.380.140,00	965.415.065,00	1.014.039.251,25	947.416.718,64	882.312.989,51	-48.624.186,25
TOTAL	961.380.140,00	965.415.065,00	1.014.039.251,25	947.416.718,64	882.312.989,51	-48.624.186,25

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.788.864,69	51.131.291,31	36.632.673,23	35.322.385,03	579.110,02	17.018.660,95
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.788.864,69	51.131.291,31	36.632.673,23	35.322.385,03	579.110,02	17.018.660,95
DESPESAS DE CAPITAL	9.482.490,64	16.369.037,33	14.461.171,47	14.140.964,84	16.375,98	11.694.187,15
Investimentos	9.482.490,64	16.369.037,33	14.461.171,47	14.140.964,84	16.375,98	11.694.187,15
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11.271.355,33	67.500.328,64	51.093.844,70	49.463.349,87	595.486,00	28.712.848,10

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.296.546,91	62.268.539,28	62.185.694,36	5.646,73	2.373.745,10
Pessoal e Encargos Sociais	10,58	55.923.880,66	55.923.880,66	10,58	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.296.536,33	6.344.658,62	6.261.813,70	5.636,15	2.373.745,10
DESPESAS DE CAPITAL	221.696,56	1.032.824,88	1.214.379,84	-	40.141,60
Investimentos	221.696,56	1.032.824,88	1.214.379,84	-	40.141,60
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2.518.243,47	63.301.364,16	63.400.074,20	5.646,73	2.413.886,70



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2021
PERÍODO Anual
EMISSÃO 18/01/2022
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	5.364.635,34	4.239.369,77	Despesas Orçamentárias	1.014.039.251,25	986.564.160,02
Ordinárias	-	-	Ordinárias	739.404.930,67	573.439.174,08
Vinculadas	5.502.654,36	4.681.341,99	Vinculadas	274.634.320,58	413.124.985,94
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	3.281.326,92	10.077.572,12
Alienação de Bens e Direitos	193.550,00	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	135.565.336,66	107.912.020,95
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.309.104,36	4.681.341,99	Previdência Social (RPPS)	122.781.855,00	159.216.635,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-138.019,02	-441.972,22	Dívida Pública	-	114.762.718,53
			Alienação de Bens e Direitos	193.550,00	31.400,00
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	12.812.252,00	12.742.506,16
			Outros Recursos Vinculados	-	8.382.133,18
Transferências Financeiras Recebidas	1.006.379.363,74	951.870.427,64	Transferências Financeiras Concedidas	113.368.713,37	7.225.718,44
Resultantes da Execução Orçamentária	950.183.197,45	919.464.660,86	Resultantes da Execução Orçamentária	5.864.000,72	5.553.912,55
Repasse Recebido	944.319.196,73	914.470.748,31	Sub-repasse Concedido	5.864.000,72	4.993.912,55
Sub-repasse Recebido	5.864.000,72	4.993.912,55	Repasse Devolvido	-	560.000,00
Independentes da Execução Orçamentária	56.196.166,29	32.405.766,78	Independentes da Execução Orçamentária	107.504.712,65	1.671.805,89
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	54.317.288,28	31.726.303,59	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	4.604.324,19	1.659.961,47
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.878.878,01	679.463,19	Demais Transferências Concedidas	-	0,01

Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	102.900.388,46	11.844,41
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	235.404.419,97	130.027.700,28	Pagamentos Extraorçamentários	113.453.966,11	92.255.597,36
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	65.103.729,13	62.194.431,59	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	63.400.074,20	61.586.331,94
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	66.622.532,61	67.500.328,64	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	49.463.349,87	30.318.106,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	885.485,83	114.362,68	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	590.542,04	118.565,26
Outros Recebimentos Extraorçamentários	102.792.672,40	218.577,37	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	232.594,10
Arrecadação de Outra Unidade	102.782.094,05	8.473,66	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		1.141,96
Valores para Compensação		210.103,71	Demais Pagamentos		231.452,14
Demais Recebimentos	10.578,35				
Saldo do Exercício Anterior	71.220.287,08	71.128.265,21	Saldo para o Exercício Seguinte	77.506.775,40	71.220.287,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	71.220.287,08	71.128.265,21	Caixa e Equivalentes de Caixa	77.506.775,40	71.220.287,08
TOTAL	1.318.368.706,13	1.157.265.762,90	TOTAL	1.318.368.706,13	1.157.265.762,90



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO
SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2021
PERÍODO Anual
EMISSÃO 18/01/2022
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.145.571.479,93	1.206.170.399,61
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	4.363.851,32	3.653.775,62
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	4.363.851,32	3.653.775,62
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	697.205,52	545.863,09
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	41,86	109,53
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	697.163,66	545.753,56
Aportes do Banco Central	-	-

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.012.149.038,10	953.682.042,87
Transferências Intragovernamentais	1.006.379.363,74	951.870.427,64
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5.769.674,36	1.811.615,23
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	25.459.306,86	248.240.275,44
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	193.550,00	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	25.265.756,86	248.240.275,44
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	102.902.078,13	48.442,59
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	102.902.078,13	48.442,59
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.153.522.975,82	990.965.788,93
Pessoal e Encargos	531.210.218,63	518.562.937,88
Remuneração a Pessoal	413.496.283,76	403.964.830,15
Encargos Patronais	96.847.261,79	93.598.828,86
Benefícios a Pessoal	20.866.673,08	20.999.278,87
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	347.777.568,12	339.803.483,85
Aposentadorias e Reformas	275.600.457,64	267.734.324,53
Pensões	53.571.455,15	53.516.048,65
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.605.655,33	18.553.110,67

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	102.768.889,82	78.632.613,86
Uso de Material de Consumo	10.118.633,46	7.201.663,91
Serviços	85.288.186,28	63.178.686,77
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.362.070,08	8.252.263,18
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.614,33	1.020,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	2.614,33	1.020,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	113.949.260,93	8.338.031,26
Transferências Intragovernamentais	113.368.713,37	7.225.718,44
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	45.639,00	45.487,92
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	534.908,56	1.066.824,90
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	47.778.978,44	35.636.066,88
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	47.778.279,44	35.221.605,04
Desincorporação de Ativos	699,00	414.461,84
Tributárias	406,43	303,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	406,43	303,68
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.035.039,12	9.991.331,52
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Incentivos	9.878.300,90	9.820.922,22
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	156.738,22	170.409,30
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-7.951.495,89	215.204.610,68

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2021
PERÍODO Anual
EMISSÃO 18/01/2022
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	21.821.431,23	16.370.609,88
INGRESSOS	1.115.228.607,31	956.442.737,46
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	296.829,75	258.584,11
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	4.064.493,83	3.394.281,04
Remuneração das Disponibilidades	689.822,41	546.535,69
Outras Receitas Derivadas e Originárias	119.939,35	39.968,93
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	1.110.057.521,97	952.203.367,69
Ingressos Extraorçamentários	885.485,83	114.362,68
Transferências Financeiras Recebidas	1.006.379.363,74	951.870.427,64
Arrecadação de Outra Unidade	102.782.094,05	8.473,66
Valores para Compensação	-	210.103,71
Demais Recebimentos	10.578,35	-
DESEMBOLSOS	-1.093.407.176,08	-940.072.127,58

Pessoal e Demais Despesas	-883.782.583,09	-839.856.052,74
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-956.411,55	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-364.000,00	-588.209,00
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-323.022.029,44	-325.666.942,06
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-536.133.344,86	-505.778.064,11
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-1.005.574,88	-
Urbanismo	-91.988,44	-137.982,65
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-7.482.489,15	-2.118.191,70
Ciência e Tecnologia	-150.000,00	-200.000,00
Agricultura	-6.886.378,18	-2.025.000,00
Organização Agrária	-6.398.725,96	-597.599,00
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-756.547,75	-2.269.643,25
Desporto e Lazer	-521.947,88	-460.792,01
Encargos Especiais	-13.145,00	-12.487,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-1.141,96
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-95.665.337,58	-92.640.339,00
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-

A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-95.619.698,58	-92.594.851,08
Outras Transferências Concedidas	-45.639,00	-45.487,92
Outros Desembolsos Operacionais	-113.959.255,41	-7.575.735,84
Dispêndios Extraorçamentários	-590.542,04	-118.565,26
Transferências Financeiras Concedidas	-113.368.713,37	-7.225.718,44
Demais Pagamentos		-231.452,14
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-15.534.942,91	-16.278.588,01
INGRESSOS	193.550,00	-
Alienação de Bens	193.550,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-15.728.492,91	-16.278.588,01
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.986.516,20	-13.965.975,90
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.741.976,71	-2.312.612,11
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.286.488,32	92.021,87
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	71.220.287,08	71.128.265,21
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	77.506.775,40	71.220.287,08



NOTAS EXPLICATIVAS DO 4º TRIMESTRE DE 2021

1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Universidade Federal de Viçosa (UFV) são elaboradas em consonância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei nº 10.180/2001 e Lei Complementar nº 101/2000. Além de abranger as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014) e o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

Deste modo, as demonstrações contábeis visam fornecer as informações sobre a situação econômico-financeira da entidade em relação ao seu patrimônio, desempenho e fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro aos seus diversos usuários. As notas explicativas são compostas pelas seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Balanço Orçamentário (BO);
- III. Balanço Financeiro (BF);
- IV. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Vale ressaltar que a adoção do conceito de conta única decorrente do Princípio de Unidade de Tesouraria, instituído pelos arts. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986, exige o controle das receitas e despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, em caixa único. Com isso, no BF os saldos advindos de exercício anterior com destinação para o seguinte deverão constar no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados conforme as opções e premissas do modelo PCASP incluem:

2.1. Moeda funcional

A moeda funcional utilizada é o Real. Portanto, no âmbito da UFV, as demonstrações contábeis não apresentam registros em moeda estrangeira. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.05 – Conta Única do Tesouro Nacional.*

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui o dinheiro em caixa oriundo da Conta Única do Tesouro Nacional. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.



2.3 Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber em curto prazo decorrente de créditos não tributários; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos e valores a compensar, entre outros. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros. *Manual Siafi, macrofunções: 02.03.37 – Créditos a Receber – Clientes; 02.03.38: Créditos Oriundos de Transferências a Receber – Doações; 02.03.39: Créditos Decorrentes de Empréstimos e Financiamentos Concedidos; 02.03.41: Créditos a Receber – Tributos a Recuperar ou Compensar; 02.03.42: Ajustes para Perdas Estimadas; 02.11.38: Diversos Responsáveis.*

2.4. Estoques

Compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. Nas saídas, o método para mensuração e avaliação dos estoques é o Custo Médio Ponderado. No âmbito da UFV, ressalta-se a possibilidade de redução de valores do estoque em razão das contas de ajustes de perdas ou valor de mercado, quando o registrado superar o de mercado. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.48 – Estoques; 02.03.42 – Ajustes para Perdas Estimadas.*

2.5. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis reconhecidos inicialmente pelo valor ou custo de aquisição, construção ou produção. Após reconhecidos, os bens sujeitam-se à depreciação, amortização ou exaustão (em caso de vida útil definida), redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado se aumentarem a vida útil do bem e forem capazes de gerar benefícios econômicos futuros, conforme características de cada Ativo. Quando os gastos não geram tais benefícios são reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) do período. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.44 – Bens Imóveis; 02.03.43 – Bens Móveis; 02.11.34 – Movimentação e Alienação de Bens; 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.; 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.*

2.6. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas de valor sofridas ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No âmbito da UFV, encontram-se registrados contabilmente os softwares de vida útil indefinida adquiridos de terceiros. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.; 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável; 02.03.45 – Ativos Intangíveis.*



2.7. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a contabilização da depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, que engloba os custos diretos e indiretos. Portanto, aplica-se o método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens imóveis não objeto de cadastro no SPIUnet, e quotas constantes, para os bens móveis.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis, não cadastrados no SPIUnet, e bens móveis deve iniciar no primeiro dia do mês seguinte à sua colocação em uso. Entretanto, se o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, excepcionalmente, o cômputo da depreciação em fração menor a um mês. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.*

2.8. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis.

O valor depreciado dos bens imóveis da UFV é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, por meio do Método da Parábola de Kuentzle, sendo o registro realizado no Siafi pela CCONT/STN. A depreciação iniciará no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.*

2.9. Passivo circulante

As obrigações da UFV são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos devidos encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; e (iv) demais obrigações. *Manual Siafi, macrofunção: 02.11.40 – Reconhecimento de Passivos; 02.03.17 – Restos a Pagar.*

2.9. Passivo não circulante

Compreende as obrigações de longo prazo da UFV são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O passivo não circulante é composto por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais longo prazo.



2.11. Apuração do resultado

No modelo PCASP é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

2.11.1. Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). A DVP evidencia as alterações (mutações) ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, que compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que a geração de benefícios econômicos fluirá para a UFV e podem ser mensuradas confiavelmente por meio do regime de competência. Ressalta-se a exceção quanto às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa conforme orientação do modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável a ocorrência de decréscimos nos benefícios econômicos para a UFV, que implica na saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos com base no regime de competência. As despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas seguem o regime de caixa de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD em contrapartida a uma conta de apuração. Após isso, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão.

O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na DVP, que semelhantemente à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, evidencia o resultado patrimonial como medida do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

2.11.2. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da UFV, como os demais órgãos da União, segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas com base no art. 35 supracitado. O Superávit/Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário e o superávit com as despesas.



As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita abrangem os valores correspondentes às receitas próprias ou decorrentes de recursos vinculados às despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.11.3. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, ocorridos durante o exercício, que alteraram as disponibilidades da UFV. O Balanço Financeiro permite a apuração do resultado financeiro, porém não se deve confundir com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

Além disso, com base no princípio de caixa único pode-se verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Esta apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas pelos fluxos operacional, de investimentos e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa a partir da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Assim, podem-se comparar os fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e o total do passivo a fim de identificar, por exemplo, a parcela de recursos utilizada para pagamento da dívida e investimentos e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde ao valor disponível que os órgãos têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil. Tal grupo visa atender as despesas com vinculação de pagamento mediante o registro contábil realizado na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento à disposição dos órgãos. Além de contemplar o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda nacional.

O total da conta Caixa e Equivalentes de Caixa pode ser observado no Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa. A variação entre o saldo apresentado nos encerramentos dos exercícios de 2020 e 2021 foi positiva em 8,83%.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Caixa e Equivalentes de Caixa	77.506.775,40	71.220.287,08	8,83

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

Em 31/12/2021, do total referente à composição da conta Caixa e Equivalente de Caixa apresentado na Tabela 1, o montante de R\$ 72.676.249,05 (93,77%) corresponde aos repasses financeiros para o pagamento da folha de pessoal e encargos do mês de dezembro/2021 registrados na conta Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem pagamento. Portanto, esses repasses estão comprometidos, aprovados e aguardando somente a liberação



do financeiro.

Vale ressaltar que a rotina de pagamento sofreu mudanças a partir de 31/12/2018. Com isso, as ordens de pagamento da folha de pessoal passaram a ser assinadas no último dia útil do mês e seus valores creditados na conta Limite de saque com vinculação de pagamento e debitados na conta Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento até a sua efetivação no primeiro dia útil do mês seguinte.

O valor de R\$ 7.552,27 refere-se à pendência de baixa do saldo da conta “Demais Contas - Caixa Econômica Federal”, que corresponde aos valores das garantias na modalidade caução retidas de fornecedores. Todavia, não se observou a devida eficácia pelo fato dos bens adquiridos terem sido recebidos e/ou o valor resgatado. Para solucionar tal situação, foi providenciado junto à agência bancária a apuração e ratificação dos saldos com base nos extratos bancários para baixa.

3.2. Demais créditos e valores a curto prazo

Essa conta se refere ao adiantamento concedido a servidores, fornecedores e terceiros, tendo baixa representatividade no grupo do Ativo. No exercício de 2021 representou apenas 1,5% do Ativo Circulante, além de sofrer pouca variação em relação ao exercício anterior.

Tabela 2 – Demais créditos e valores a curto prazo

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	AV %	31/12/2020	AV %
Adiantamentos concedidos a pessoal	653.910,45	59,93	664.798,00	60,74
Adiantamentos a prestadores de serviços	25.174,91	2,31	25.174,91	2,30
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	411.954,58	37,76	404.613,33	36,96
Demais créditos e valores a curto prazo	1.091.039,94	100,00	1.094.586,24	100,00

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

A conta adiantamentos concedidos a pessoal se refere, principalmente, aos adiantamentos de salários, férias e 13º salário e representa 59,93% do total de créditos e valores a curto prazo, em 2021. Em relação ao exercício de 2020, apresentou uma variação negativa de 0,32%, considerando os ajustes e procedimentos adotados no exercício corrente, quanto ao controle dos saldos realizados pelo setor de desenvolvimento de pessoal da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFV.

O adiantamento a prestadores de serviços, no valor de R\$ 25.174,91, engloba as despesas de contratação de empresas de despacho aduaneiro visando o pagamento de despesas acessórias com importação. Percebe-se que no período em análise não houve movimentação da conta, ou seja, o saldo acumulado remete aos exercícios passados. Portanto, é necessário apurar o andamento dos processos junto ao serviço de contratação para conciliação.

A conta de Tributos a Recuperar foi totalmente baixada por motivo de registro incorreto, motivo pelo qual causava o desequilíbrio e inconsistências contábeis em exercícios anteriores. Com base nas orientações da Setorial Contábil do MEC e informações relacionadas às equações contábeis 298 e 696 (extra-orçamentárias) procedeu-se a regularização no exercício



de 2021.

O saldo de Outros créditos a receber e valores a curto prazo de R\$ 411.954,58 remete aos créditos provisionados a receber de acerto com ex servidores, conforme processo em análise na Procuradoria Jurídica. Contudo, é preciso conciliar o saldo registrado de R\$ 390.974,32 acumulado de exercícios anteriores por meio da verificação da situação dos créditos a receber de folha de pagamento.

Destaca-se que a provisão dos direitos a receber advinda de rendimentos de depósitos realizados em conta única pela UFV passou a ser informada nos demonstrativos a partir do encerramento do exercício de 2019.

3.3. Estoques

Os estoques são os ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de prestação de serviços ou distribuição no curso normal de suas atividades.

Em 31/12/2021, a UFV apresenta um saldo de R\$ 826.743,88 de estoques de material de consumo, conforme Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) emitido pelo Almoxarifado Central e conciliado com o sistema contábil. Os estoques correspondem a 0,06% do total do Ativo Circulante no período em análise.

Tabela 3 – Estoques – Composição

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Almoxarifado – Material de Consumo	826.743,88	925.872,16	(10,71)

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

Ao comparar o saldo dos estoques do exercício de 2021 com 2020, observa-se uma queda de 10,71%. Tal fato está relacionado às regularizações e otimização das requisições de materiais de consumo a fim de tornar fidedigno o estoque a ser efetivado na implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS).

A implantação do subsistema estoque do SIADS foi efetivada nas seguintes unidades gestoras:

- 154052 – Campus de Florestal em 22/09/2021;
- 150174 – Campus de Rio Paranaíba em 13/09/2021;
- 154053 – Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro (CEPET) em 13/09/2021.

Na UG 154051 – Campus Viçosa encontra-se em andamento a correlação dos itens de material, porém alguns estão pendentes o cadastramento de unidades de fornecimento e/ou o material pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para finalizar esta fase, proceder ao batimento, conferência e efetivar a implantação do estoque no SIADS.



3.4. Imobilizado

O Imobilizado representa 93,83% do grupo do Ativo Total da Instituição, apesar de sua variação negativa de 1,44% em relação ao exercício anterior afetado pela redução de 2,00% dos bens imóveis registrados no SPIUnet.

Em 2021, o saldo de imobilizado da UFV ultrapassa R\$ 1,2 bilhão. Os investimentos em bens móveis e imóveis são indispensáveis para o adequado funcionamento da atividade principal da Instituição e inerentes ao desenvolvimento de atividades administrativas.

A redução nos últimos anos nas despesas de capital face aos contingenciamentos e bloqueios realizados pelo governo federal culminou no decréscimo da capacidade instalada. Todavia, a liberação as transferências descentralizadas recebidas contribuíram positivamente no período em análise.

O imobilizado da UFV é segregado em dois grupos: (i) bens móveis e (ii) bens imóveis demonstrados na Tabela 4. Esses grupos são reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição, construção ou produção e sujeitam-se à depreciação, amortização ou exaustão (se possuírem vida útil definida), redução ao valor recuperável e reavaliação.

Tabela 4 – Imobilizado – Composição

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Bens Móveis	117.238.230,47	112.546.491,87	(1,44)
(+) Valor Bruto Contábil	177.716.927,09	166.436.106,79	6,78
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	(60.478.696,62)	(53.889.614,92)	12,23
Bens Imóveis	1.096.312.642,14	1.118.692.476,67	(2,00)
(+) Valor Bruto Contábil	1.106.747.518,86	1.128.354.365,01	(1,91)
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	(10.434.876,72)	(9.661.888,34)	8,00
Total	1.213.550.872,61	1.231.238.968,54	(1,44)

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

3.4.1. Bens Móveis

O subgrupo bens móveis pertence ao Imobilizado e representa o valor dos bens de utilização geral adquiridos por compra, doação ou permuta. Os bens móveis têm a característica de caráter permanente, ou seja, os materiais que, em seu uso normal, possuem duração superior a dois anos. Por isso, são incorporados ao patrimônio após o devido cadastro nas contas apropriadas, porém sujeitam-se a uma mobilidade intrínseca pela movimentação própria ou remoção por força alheia.

No exercício de 2021, o valor atualizado dos bens móveis representa 9,06% do total do Ativo. Destaca-se como pertencentes a este subgrupo: os equipamentos, móveis, veículos e outros para utilização nas atividades desenvolvidas no âmbito acadêmico e administrativo.

Tabela 5 – Bens Móveis – Composição

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	AV% 2021	31/12/2020	AH %
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	80.202.898,21	68,41	75.814.920,01	5,79



Bens de Informática	30.799.181,37	26,27	27.014.515,68	14,01
Móveis e Utensílios	21.881.351,60	18,66	21.392.319,95	2,29
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	12.965.538,73	11,06	12.299.305,88	5,42
Veículos	12.960.008,68	11,05	11.966.007,72	8,31
Bens Móveis em Andamento	8.210.767,55	7,00	7.265.837,94	13,01
Semoventes e Equipamentos de Montaria	4.859,70	0,00	4.859,70	0,00
Demais Bens Móveis	10.692.321,25	9,12	10.678.339,91	0,13
Depreciação/Amortização Acumulada	(60.478.696,62)	(51,59)	(53.889.614,92)	12,23
Total	117.238.230,47	100,00	112.546.491,87	4,17

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

No exercício de 2021, os bens móveis da UFV totalizam pouco mais de 170 mil reais em valores brutos originais e históricos, ou seja, não considerando a depreciação acumulada, como demonstrado na Tabela 5. Além disso, o saldo líquido atual dos bens móveis evolui apenas 4,17% em relação ao exercício de 2020 e sua representatividade frente ao total do ativo corresponde a 9,06%.

O subgrupo Bens Móveis em Andamento se refere à contabilização de gastos diferidos na aquisição de elevadores de forma parcelada, que será revertido à conta devida no momento da entrega total dos bens. Além disso, constam os adiantamentos feitos para a importação de bens e serviços registrados na conta Importação em Andamento, cuja evolução representa 13,01% em relação a 2020.

O subgrupo Demais Bens Móveis apresenta um aumento de 0,13%, se comparado ao exercício de 2020. Esse subgrupo equivale a 9,12% do total de bens móveis da instituição e engloba os Bens em Comodato (bens móveis a classificar), reconhecidos no Ativo no exercício de 2020, com base no registro de saldo das contas de natureza de controle (897210900, 897211000 e 897211400). Ressalta-se que estes bens deverão ser reclassificados no exercício de 2022 para a respectiva conta do Ativo – Bens Móveis ao final dos trabalhos da comissão inventariante e da empresa contratada para prestar o serviço de inventário a fim de atualizar o Relatório de Movimentação de Bens (RMB) do patrimônio.

O subgrupo Armazéns Estruturais – coberturas de lona passou pela reclassificação de contas na UG 154051 em razão da divergência decorrente de exercícios anteriores, que culminaram no saldo da depreciação acumulada superior ao seu valor contábil. Portanto, as regularizações foram registradas no Siafiweb em 2021PA000019 e 2021PA000020.

As Peças não Incorporáveis a Imóveis não possuem relevância patrimonial e estão sofrendo depreciação regular. Contudo, por inexistir evolução nos valores históricos nos últimos exercícios financeiros será objeto de análise dos trabalhos da Comissão Permanente de Inventário, concomitante à migração para o SIADS.

Os bens semoventes e equipamentos de montaria não sofreram alteração no decorrer dos exercícios anteriores. A análise dessa conta deverá ser vista com ressalva, considerando as



evidências quanto ao possível alongamento de saldo de contas e/ou falta de registros nos relatórios de patrimônio. Os semoventes serão objeto de análise de controle físico junto à Comissão Inventariante e Divisão de Patrimônio. Ademais, o registro desses bens deve preceder à política de mensuração/depreciação a fim de atender aos normativos legais (Lei nº 9.764/2019 - doações e Lei nº 9.373/2018 - desfazimento).

A distribuição da carga patrimonial relacionada aos bens móveis por unidades gestoras vinculadas à UFV está apresentada na Tabela 6. Como pode-se observar há um maior crescimento dos bens móveis se comparado ao exercício anterior nos *campi* de Viçosa e Rio Paranaíba.

Tabela 6 – Distribuição dos Bens Móveis por UG R\$ 1,00

Unidade Gestora	2021	2020	AH
150174 - Campus Rio Paranaíba	13.961.017,76	13.212.848,47	5,66
154051 - Universidade Federal de Viçosa	147.989.571,65	138.066.676,38	7,19
154052 - Campus de Florestal	15.495.579,26	14.885.974,51	4,10
154053 - CEPET	270.758,42	270.607,43	0,06
Total	177.716.927,09	166.436.106,79	6,78

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

Nesse contexto, do total de Bens Móveis registrados na UFV, no exercício de 2021, considerando o valor histórico ou custo de aquisição, 68,41% se referem às Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, cuja composição é detalhada na Tabela 7.

Tabela 7 – Bens Móveis de maior representatividade/Máquinas – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	AV %
Equipam/Utensílios Médicos, Odonto,Lab e Hosp	41.511.203,47	51,76
Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	9.911.913,16	12,36
Aparelhos de Medição e Orientação	8.458.366,67	10,55
Maquinas e Utensílios Agropecuário/Rodoviário	5.288.194,08	6,59
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	3.130.468,47	3,90
Máquinas e Equipamentos Industriais	2.816.151,70	3,51
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2.148.230,73	2,68
Máquinas e Equipamentos Gráficos	1.754.906,00	2,19
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	1.539.539,46	1,92
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.448.688,49	1,81
Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.236.449,11	1,54
Aparelho e Equipamento p/Espportes e Diversões	761.016,10	0,95
Equipamentos, Peças e Acessórios p/Automóveis	68.846,70	0,09
Equipamentos de Montaria	65.150,00	0,08
Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	42.040,06	0,05
Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	21.734,01	0,03
Total	80.202.898,21	100,00

Fonte: Siafi Web, 2021.

A conta Equipamentos, Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares representa mais da metade do subgrupo (51,76%). Nesta registram-se os bens adquiridos para as principais atividades da Instituição, como os laboratórios de aulas práticas, Divisão de Saúde e departamentos.



Destaca-se a restrição adotada na conformidade contábil em todo o exercício de 2021 e apontada na Declaração do Contador referente à evolução não compatível dos saldos do Relatório de Movimentação de Bens (RMB) gerado pelo Sistema Integrado de Materiais (SIM) com o registrado pela contabilidade no SIAFI em todos os *campi* da UFV. Tais divergências se devem às dificuldades de classificação das despesas de capital, dado que a Instituição utiliza um sistema próprio (SIM) para o registro, mensuração e controle dos bens, que apresenta certa fragilidade na geração de informações de forma tempestiva e na atualização com o MCASP e PCASP. Ademais, identifica-se a necessidade de melhoria dos procedimentos adotados para os fluxos dos bens em relação às transferências, doações, baixas e os saldos individuais das contas de depreciação.

A Instituição encontra-se em fase de migração para o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) instituído pela Portaria do Ministério da Economia nº 232, de 02/06/2020, no intuito de gerenciar e controlar os acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de intangíveis e frota de veículos (e respectivo cálculo da depreciação e amortização). Nesse sentido, a implantação no subsistema de patrimônio está em andamento na etapa de correlação dos bens nos *campi* de Viçosa (CAV), Florestal (CAF), Rio Paranaíba (CRP) e Capinópolis (CEPET), uma vez que os arquivos extraídos do SIM foram validados e importados no SIADSweb de forma automatizada. Além disso, também encontra-se em andamento os trabalhos da comissão inventariante, cujos levantamentos serão imprescindíveis para a revisão e atualização da carga patrimonial da Instituição a ser efetivada no SIADS. Pretende-se com a efetivação da implantação do SIADS sanar os problemas relacionados a divergência de valores dos bens patrimoniais e corrigir eventuais erros de saldos de depreciação.

3.4.2. Bens Imóveis

Os bens imóveis representam a maior parte do patrimônio da Instituição e englobam os investimentos em imobilizado para adequação da capacidade instalada a fim de abrigar as atividades acadêmicas e administrativas.

Em 2021, considerando o valor contábil, os bens imóveis da UFV superam R\$ 1 bilhão, equivalendo a 84,76% do total do Ativo, distribuídos nas contas contábeis demonstradas na Tabela 8.

Tabela 8 – Bens Imóveis– Composição

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Bens de Uso Especial	925.560.738,74	925.560.738,74	0,00
Bens Imóveis em Andamento	181.186.780,12	202.793.626,27	(10,65)
Depreciação / Amortização Acumulada	(10.434.876,72)	(9.661.888,34)	8,00
Total	1.096.312.642,14	1.118.692.476,67	(2,00)

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

Em relação ao exercício anterior, há uma queda de 2,00% no total devido ao recebimento/entrega de bens imóveis que culmina na reclassificação do registro contábil,



denotando em uma pequena variação negativa nos gastos de capital, que pode ser verificado no Balanço Orçamentário. Considerando o valor contábil bruto, o subgrupo de Bens Imóveis de Uso Especial representa 84,42% do total de bens imóveis, motivo pelo qual foi detalhado na Tabela 9.

Tabela 9 – Bens de Uso Especial – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AV %
Fazendas, Parques e Reservas	155.862.054,58	155.862.054,58	16,84
Imóveis de Uso Educacional	766.223.698,16	766.223.698,16	82,78
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	3.474.986,00	3.474.986,00	0,38
Total	925.560.738,74	925.560.738,74	100,00

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

A maior representatividade neste grupo pertence aos Imóveis de Uso Educacional (82,78%), que englobam os prédios, salas e outras estruturas físicas destinadas exclusivamente ao ensino e pesquisa. Vale ressaltar que os saldos deste grupo permanecem inalterados em relação aos últimos três exercícios financeiros, como demonstrado no Quadro 1. Tal fato pode decorrer da ausência da entrega definitiva das obras em andamento e seu respectivo registro no SPIUnet.

Quadro 1 – Imóveis de Uso Educacional - Evolução R\$ 1,00

Conta Contábil	Matrícula/conta corrente	2021	2020	2019	2018
		SALDO	SALDO	SALDO	SALDO
123210107 Imóveis de Uso Educacional	4519000015002	96.196.061,26	96.196.061,26	96.196.061,26	96.196.061,26
	5109000045001	161.722,60	161.722,60	161.722,60	161.722,60
	5109000065002	2.508.007,00	2.508.007,00	2.508.007,00	2.508.007,00
	5109000085003	777.408,80	777.408,80	777.408,80	777.408,80
	5109000175002	14.240.905,15	14.240.905,15	14.240.905,15	14.240.905,15
	5427000045009	639.280.140,95	639.280.140,95	639.280.140,95	639.280.140,95
	5427000205006	13.059.452,40	13.059.452,40	13.059.452,40	13.059.452,40
Total		766.223.698,16	766.223.698,16	766.223.698,16	766.223.698,16

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

Por outro lado, os Bens Imóveis em Andamento equivalem a 16,53% dos bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da UFV e totalizam R\$ 181.186.780,12 a valores brutos, em 31/12/2021. A redução de 10,65% em relação ao exercício anterior deve-se ao recebimento e reclassificação de bens imóveis.

A conta de bens em andamento se destina, principalmente, ao registro de obras e serviços de ampliação das estruturas, ainda não concluídas, com a finalidade de ensino e pesquisa, executadas nos *campi* Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba. Em 31/12/2021, contabilizam-se 75 unidades em andamento detalhadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Relação de Obras em Andamento

CONTA CONTÁBIL 123210601 - OBRAS EM ANDAMENTO			
INSCRIÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	NOME
IM0003193	Construção Hangar	IM0003640	Pavilhão aulas - CRP
IM0003432	Galpão Carpintaria	IM0003643	Anexo do Laboratório de Forragicultura - DZO
IM0003435	Galpão Produção de Mudanças	IM0003645	Pavimentação de vias do CENTEV



IM0003466	Herbário	IM0003647	Cobertura da quadra do pavilhão de aulas - DEF
IM0003483	Rec. Lab. CPD	IM0003648	Espaço Cultural Curso de Dança - DAH
IM0003486	Urb. Infr. "Campus"	IM0003649	Rede de distribuição de fibra óptica - CAF
IM0003489	Prédio Engenharia Agrícola	IM0003651	Pavilhão de Aula 4 - CAF
IM0003500	Laboratório DPI	IM0003657	Pavilhão de Laboratórios - CAF
IM0003516	Silos, Bezerreiros, DZO/CAF/DFT	IM0003694	RU II - CAV
IM0003520	Departamento Engenharia Agrícola	IM0003695	RU – CRP
IM0003525	Reforma Interna Edifício Arthur Bernardes	IM0003696	RU - CAF
IM0003526	Reforma Alojamento Masculino Pós-Graduado	IM0003697	Laboratório de Ensino I - CRP
IM0003527	Telhado e rede elétrica do PVA	IM0003698	Pavimentação de vias internas - CRP
IM0003529	Reforma do Abatedouro	IM0003700	Pavimentação da via da saúde - UFV
IM0003530	Ref. rede elétrica e pintura DZO	IM0003702	Pavimentação de vias - CAF
IM0003533	Galpão Setor Agrostologia	IM0003704	Edifício de Laboratório Ensino II - CAF
IM0003534	Laboratório de Papel Celulose	IM0003705	Laboratório de Ensino II - CRP
IM0003537	Anexo Laboratório DNS/DZO	IM0003709	Unidade Crescimento de Plantas
IM0003556	Apiário - Reforma Blocos A e B	IM0003710	Biodiesel Departamento Engenharia Agrícola
IM0003559	Departamento Engenharia Florestal	IM0003714	Casa do animal
IM0003562	Galpão de Maternidade da Suinocultura - DZO	IM0003716	Laboratório de óleos
IM0003563	Reforma e Ampliação Laboratório DEC	IM0003718	UAES – UFV
IM0003589	Espaço aberto para eventos	IM0003719	Av. P.H. Rolfs - UFV
IM0003594	Laboratório de Processamento de Vegetais - CAF	IM0003720	Cobertura Metálica - CAF
IM0003595	Edifício Engenharia Elétrica e Produção	IM0003721	Prédio DTA
IM0003598	Construção Departamento Química	IM0003722	Laboratório de Ensino - CRP
IM0003615	Estação de Tratamento Água – CAF	IM0003795	Biblioteca Central - CAF
IM0003618	Edifício Departamento de Fitotecnia/Agronomia	IM0003796	Piscina e vestiário
IM0003619	Laboratório de Engenharias	IM0003798	Cerceamento do CRP
IM0003621	Edifício CCH II	IM0003802	Galpão da Estação Experimental - Araponga
IM0003624	Edifício da Saúde	IM0003806	Rede coletora de esgoto – CAF
IM0003626	Edifício das Licenciaturas	IM0003808	Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia
IM0003628	Caldeira DTA	IM0003809	Ampliação rede elétrica - CAF
IM0003632	Ampliação Anexo DZO	IM0003812	Acessibilidade, Paisagismo e Infraestrututra - CAF
IM0003635	Centro Médico Anexo	IM0003813	Construção Almojarifado de Produtos Químicos
IM0003637	Pavilhão de aulas 3 – CAF	IM0003814	Espaço Multiuso – CRP
IM0003639	Salas de aulas e banheiros de laboratórios - DEC	IM0003816	Estação de tratamento de esgoto – CRP
	IM0003817		Pavimentação do acesso à Casa Diogo Alves Melo

Fonte: Tesouro Gerencial, 2021.

Ressalta-se que, dentre as obras relacionadas, é possível existir algumas sem movimentação de saldo no decorrer dos últimos anos em razão da evolução incompatível com os dados registrados na contabilidade. Observa-se uma evolução incompatível dos bens em andamento e bens de uso especial registrados no SPIUnet e SIAFI, bem como a existência de saldos alongados. Portanto, pode existir imóvel concluído e não registrado na respectiva conta de imóveis de uso especial, como registrado na Comunicação Interna nº 003/2021 (DFN/PAD) em continuidade aos trabalhos iniciados na CI nº 029/2020 (DFN/PAD). Nesse sentido,



solicitou-se aos responsáveis pela gestão e acompanhamento de obras e imóveis as informações e saldos atualizados para fins de conciliação, regularização e registros.

A evolução de 8,00% na depreciação acumulada decorre da metodologia de cálculo do SPIUnet, que adota a lógica de estoque podendo refletir na variação dos valores apurados face às alterações nos parâmetros de cálculo implicar em novos valores de mensuração. Conseqüentemente, a ampliação do número de obras reflete no saldo a ser depreciado.

3.4.3. Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

Tais ajustes decorrem de efeitos da mudança de critério contábil ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, que não podem ser atribuídos a fatos subsequentes e devem ser reconhecidos na conta do patrimônio líquido.

No exercício de 2021, os ajustes de exercícios anteriores totalizam R\$ 30.423.616,73 negativos em razão de reclassificações e demais regularizações contábeis destacadas a seguir:

- (a) A maior variação desta conta ocorreu em janeiro de 2021 com o lançamento de baixa dos registros indevidos na conta Obras em Andamento - IM P999, referente aos fatos de exercícios anteriores originários de pagamentos realizados a Fundação de Apoio no valor de R\$ 20.397.832,48;
- (b) Em janeiro de 2021, também realizaram-se os lançamentos de baixa dos registros indevidos na conta Estudos e Projetos - Bens em Andamento – IM P999, referente a exercícios anteriores originários de pagamentos à Fundação de Apoio no valor de R\$ 10.025.004,85;
- (c) Ao fim de janeiro de 2021, a Contabilidade do MEC procedeu a reclassificação dos saldos da conta 237110300 – Ajuste de Exercícios Anteriores da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos para a conta 23711020 – Superávits ou Déficits de exercícios anteriores (mês de abertura) no total de R\$ 10.495.454,67;
- (d) Em abril de 2021, contabilizou-se a retificação de erro imputável a exercício anterior (2020) devido a classificação indevida como material permanente em suprimento de fundos (2020SF000009) - Pr. 23114.903295/2020-48 - Nota fiscal 2552 - Fornecedor: Saúde e Vida Produtos Médicos e Hospitalares - CNPJ: 07600996/0001-15 (2020NE800505) no valor de R\$ 779,40.

3.5. Intangível

O intangível da UFV é composto por softwares de vida útil indefinida, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Intangível - Composição

R\$ 1,00

Software com Vida Útil Indefinida	Inscrição	31/12/2021	AV %
Coreldraw Graphics Education Edition	ISUFV0001	700,00	0,18
Grass Valley Edius Pro 9	ISUFV0002	4.788,00	1,26
Windows 10 Professional e Winhome 10	ISUFV0003	6.679,92	1,75
Windows 10 Winhome 10 Sngl - Ufv	ISUFV0004	899,99	0,24
Microsoft Ssqlvrstdcore 2017 Sngl Olp Acad.	ISUFV0005	14.944,98	3,93
Veterinário Doctorvet	ISUFV0006	55.794,00	14,66
Métrica Topo	ISUFV0007	5.500,00	1,44



<i>Software BIM-Bulding Informantion Modeling/DAU</i>	ISUFV0008	87.600,00	23,01
Trade In das Controladoras Zonedirector	ISUFV0009	136.600,00	35,89
Software de Análise Numérica Não Linear Atena	ISUFV0010	46.559,92	12,23
<i>Windows 10 Professional ESD FQC</i>	ISUFV0011	2.506,00	0,66
<i>Microsoft Office 2019 PRO ESD</i>	ISUFV0012	17.725,00	4,66
<i>Windows 10 Professional ESD FQC 09131</i>	ISUFV0013	358,00	0,09
Total		380.655,81	100,00

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

No exercício de 2021, o grupo de intangível contabiliza o montante bruto de R\$ 380.655,81, correspondendo a 0,03% do total do ativo, e sem alteração relevante se comparado a 2020.

Espera-se o crescimento desta conta do Ativo frente à aquisição de softwares para emprego em pesquisas e assemelhados. No entanto, constata-se ainda a ausência de evidenciação do registro de marcas, patentes e teste anual de redução ao valor recuperável dos bens intangíveis classificados com vida útil indefinida (não amortizáveis) nos demonstrativos contábeis.

O calendário de implantação do Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), definido pela Portaria STN nº 548/2015, já previa o início da mensuração e evidenciação de intangíveis com as respectivas amortizações, reavaliações e reduções ao valor recuperável. Como providências, solicitou-se à Comissão Permanente de Propriedade Intelectual (CPPI), por meio de Comunicação Interna (CI) nº 002/2021(DFN/CPPI) em continuidade aos trabalhos da CI nº 021/2020, a lista de bens intangíveis e demais bens incorpóreos/imateriais com base em sua natureza (marcas, patentes, softwares, contratos, licenças, direitos autorais, desenvolvimento de tecnologia e outros), com a descrição completa, origem (forma de aquisição) e tipo (permanente ou temporária) para o levantamento inicial dos bens intangíveis da Instituição visando a avaliação por comissão competente a fim de melhorar a qualidade da informação prestada nos demonstrativos contábeis e atender aos dispositivos legais. Além disso, a ausência de realização dos testes de recuperabilidade nos bens atualmente registrados é apresentada no item 3.6.1.

3.6. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para o registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis a serem observados estão descritos detalhadamente no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no site da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

3.6.1. Reavaliação e redução a valor recuperável

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 traz que os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, o valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; em caso de alteração na área construída, independentemente do valor investido; comprovação de ocorrência de quaisquer sinistros, como incêndio, desmoronamento, desabamento,



arruinamento, dentre outros.

Os valores dos bens imóveis são atualizados sistematicamente a cada ano na data base de 31 de dezembro, independente da classificação, conforme os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais. Os bens móveis da UFV, no exercício de 2021, não passaram pelo processo de reavaliação.

No exercício de 2021 não foi realizado o teste de perdas por redução ao valor recuperável de intangíveis. Vale ressaltar que se encontra em andamento o processo de inclusão dos procedimentos para registro a ser concretizado concomitante ao processo de implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS). Tal fato tem sido apontado como ressalva no relatório contábil desde o exercício de 2019, bem como repassado à comissão de avaliação instaurada em 2020.

3.6.2. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis e bens móveis

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis iniciará a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de sua colocação em uso. Entretanto, caso o valor do bem adquirido e da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, excepcionalmente, o cômputo da depreciação em fração menor a um mês.

A UFV utiliza um sistema próprio para o cálculo da depreciação e reavaliação denominado de Sistema Integrado de Materiais (SIM). Neste realizam-se os registros, processamento e geração de relatórios patrimoniais como o Relatório de Movimentação de Bens Móveis e Almoarifado (RMB/RMA) para subsidiar com as informações pertinentes a conciliação e os ajustes na contabilidade registrada no SIAFI.

O cálculo da depreciação é realizado por segregações das principais contas conforme critério de relevância sugerido na implantação dos procedimentos pela STN e Manual SIAFI macrofunção 02.03.30.

O sistema interno que emite os relatórios de gestão patrimonial (SIM) encontra-se em processo de descontinuidade, como apontado nas ressalvas do Relatório Contábil de 2021. Já o tratamento dos bens móveis e intangíveis será realizado com a implantação do SIADS/STN de uso compulsório.

3.6.2.1. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 dispõe sobre os procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro, controle e atualização do valor patrimonial dos imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que é registrada no SIAFI com base no arquivo encaminhado pela SPU à STN.



O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é de apuração mensal e automática pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão. Para tanto, utiliza-se o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação se inicia no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, ou seja, é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado pela seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Em 2021, a atualização da depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet registrados pela CCONT/STN com base no ativo imobilizado apresentou uma evolução de 8,00%.

3.7. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo

A Tabela 11 apresenta as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar no curto prazo com pessoal.

Tabela 11 – Obrigações a Pagar Curto Prazo – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Salários, remuneração e benefícios	53.397.598,60	49.219.981,87	8,49
Férias a pagar	17.040.514,61	19.846.278,13	(14,14)
Precatórios de Pessoal	2.329.135,84	2.077.797,75	12,10
Benefícios previdenciários a pagar	4.614,75	7.251,75	(36,36)
Benefícios Assistenciais a Pagar	1.481.539,13	1.509.806,91	(1,87)
Encargos Sociais a Pagar	113.609,19	94.894,07	19,72
Total	74.367.012,12	72.756.010,48	2,21

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

Como se verifica no Balanço Patrimonial, este grupo corresponde ao maior compromisso de curto prazo de natureza fixa da Instituição ao representar 30,43% do Passivo Exigível Total com um acréscimo de 2,21% em relação ao exercício de 2020.

Os valores registrados a pagar referem-se à folha de pagamento de pessoal de dezembro de 2021, que devido às mudanças na rotina de pagamento implantada a partir de 31/12/2018,



passaram a ter as ordens bancárias baixadas/processadas somente no primeiro dia útil do mês seguinte à sua assinatura.

Os valores de Férias a pagar se referem às provisões lançadas mensalmente em obediência ao princípio da competência.

A partir da competência de junho/2020 registra-se na conta Benefícios Assistenciais a Pagar, o valor correspondente ao repasse ao Instituto UFV de Seguridade Social – AGROS (CNPJ 20.320.487/0001-05), do benefício de assistência à saúde per capita - médica e odontológica - dos servidores da UFV. Este passivo, apesar de constar no fechamento do mês (princípio da competência), é devidamente repassado ao AGROS no início do mês subsequente.

A Conta Contribuição a Entidades de Previdência Complementar se refere à provisão para pagamento da FUNPRESP – PATRONAL (Previdência Complementar dos Servidores Públicos) dos servidores ativos da Instituição, que ingressaram após o exercício de 2012 na nova regra de aposentadoria e sujeitos ao limite/teto da previdência.

3.8. Fornecedores e Contas a Pagar

Em 2021, a UFV apresenta um saldo de R\$ 4.885.598,33 referente aos fornecedores nacionais a pagar no curto prazo, conforme consta na Tabela 12.

Tabela 12 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Circulante - Nacionais	4.885.598,33	5.792.224,94	(15,65)

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

Este grupo representa apenas 2,00% das obrigações de curto prazo da UFV no período, englobando os compromissos na manutenção das atividades acadêmicas e administrativas. Ressalta-se que por ser uma conta cíclica do passivo não significa o potencial aumento dos compromissos da Instituição. No entanto, o recebimento de créditos emergenciais decorrente da pandemia COVID-19 no exercício de 2020 ainda reflete nos gastos e contas a pagar.

O total de fornecedores e contas a pagar se refere às obrigações a curto prazo segregada na Tabela 13 por unidades gestoras na data base de 31/12/2021.

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora R\$ 1,00

Unidade Gestora	31/12/2021	31/12/2020	AH %
154051 – Campus Viçosa - CAV	4.884.508,99	5.770.629,24	(15,36)
154052 – Campus de Florestal - CAF	1.089,34	21.595,70	(94,96)
TOTAL	4.885.598,33	5.792.224,94	(15,65)

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

A unidade gestora 154051 é responsável por 99,98% do total dos fornecedores e contas a pagar a curto prazo, embora tenha apresentado uma redução de 15,36% se comparado ao exercício de 2020. A análise comparativa dos demonstrativos financeiros permite identificar



uma maior movimentação de recursos em relação ao exercício anterior. A ampliação da liquidação de despesas responsável por originar o ato dos compromissos com os fornecedores reflete diretamente nos pagamentos, que também aumentam e culminam em maior rotatividade no fluxo de caixa. Portanto, pode significar a redução do prazo médio de pagamento dos compromissos que, conseqüentemente, resulta em menor saldo a pagar.

Importante ressaltar que os pagamentos seguem uma sistemática de envio de financeiro pela Setorial Financeira do MEC, que obedece ao cronograma de liberação com base nas despesas efetivamente liquidadas na data de fechamento do mês.

A UG 154052 – CAF não possui receita própria e depende de sub-repasses da UASG 154051 – Viçosa, por isso, a redução na conta de fornecedores e contas a pagar representa a melhoria do fluxo de caixa e rotatividade dos pagamentos. Portanto, não equivale necessariamente ao aumento ou redução de compromissos potenciais, mas a melhoria no seu gerenciamento.

No encerramento de 2021 não há saldo de compromissos registrados na conta de fornecedores na UG 154053 (CEPET).

Na Tabela 14, apresenta-se a relação dos principais compromissos com fornecedores baseado no saldo em aberto no exercício de 2021.

Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor R\$ 1,00

Fornecedores	31/12/2021	AV %
Fundação Arthur Bernardes	2.030.537,39	41,56
Alcance Engenharia e Construção Ltda	884.472,13	18,10
Cemig Distribuição S.A	690.607,68	14,14
Andrade & Rodrigues Engenharia Ltda	566.769,41	11,60
Facev - Fundação Artística, Cultural e de Educação	200.000,00	4,09
MT Empreiteira Ltda	153.280,13	3,14
Life Comércio e Serviços Eireli	62.700,00	1,28
Produtiva Serviços de Engenharia Eireli	43.034,85	0,88
Renova – Comércio e Serviços Ltda	41.399,48	0,85
Paulo Afonso Miranda & Cia Ltda	34.596,42	0,71
TFF Construções e Montagens Ltda	30.926,12	0,63
Datagroup Serviços Ltda	18.716,47	0,38
Opencardd Advanced Technology Comércio e Serviços Ltda	17.775,99	0,36
Demais	110.786,26	2,27
Total	4.885.598,33	100,00

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

Os principais fornecedores informados na Tabela 14 representam 97,73% do total a ser pago, dos quais cerca de 41,56% destinam-se à Fundação Arthur Bernardes, cujas obrigações originam-se da liquidação de despesas de transferência para a execução de projetos de apoio institucional ao desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária.



Importa ressaltar que das obrigações com fornecedores atualmente registradas no balanço patrimonial, parte se refere a despesas liquidadas até o encerramento do exercício de 2017, ou seja, restos a pagar processados e não pagos ou cancelados até o encerramento dos últimos exercícios. Essa informação é uma restrição apresentada nos demonstrativos contábeis, pois pode representar alongamentos indevidos em contas de passivo. Nesse sentido, tem-se adotado iniciativas de enviar aos setores responsáveis os processos de pagamentos para manifestação a fim de regularizar a situação junto aos fornecedores de exercícios passados.

3.9. Obrigações a Curto Prazo

A conta Obrigações a Curto Prazo com a União, conforme Tabela 15, se refere aos tributos federais retidos de terceiros (fornecedores, funcionários, prestadores de serviços, etc.), que deverá ser recolhido por meio de documento de arrecadação (DARF) ao Tesouro Nacional.

Tabela 15 – Obrigações a Curto Prazo – Composição

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Recursos Fiscais - DARF a emitir	5.363,13	23.531,07	(77,21)
Total	5.363,13	23.531,07	(77,21)

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

Esta conta contábil não tem impacto relevante ao Patrimônio da instituição. O saldo deste subgrupo de conta possui registro remanescente apenas na conta contábil “Recursos Fiscais – DARF a emitir” sem movimentação desde o exercício de 2012. No mês de setembro de 2021, efetivaram-se os recolhimentos dos DARFs retidos em exercícios anteriores e pendente de regularização. Assim, sob orientação da Setorial Contábil do MEC encontra-se regularizadas as equações 198, 287, 298 e 696. Com isso, melhora-se a qualidade da informação dos demonstrativos contábeis da UFV.

Nesse sentido, parte do saldo de alongamento indevido em conta de passivo, após apuração das inconsistências contábeis decorrentes das equações 298 e 696 (ativo e passivo extra orçamentários), foi conciliado aos demais passivos correspondentes (fornecedores) e regularizado.

Por fim, destaca-se que os atuais registros de retenção dos tributos federais são contabilizados no subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo, especificamente, na conta de consignação 21881.01.06 - Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro.

3.10. Demais Obrigações a Curto Prazo

O grupo do Passivo – Demais Obrigações a Curto Prazo apresenta um saldo de R\$ 165.022.809,31 no encerramento do exercício de 2021, conforme apresentado na Tabela 16, representando 67,53% do total do passivo.

NOTA: *A partir de 2020, os itens "demais créditos e valores a curto prazo" e "demais créditos e valores a longo prazo" são somados, respectivamente, a "créditos a curto prazo" e "créditos a longo prazo" passando a ser considerados nos detalhamentos desses agrupamentos.



Tabela 16 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Consignações	9.013.492,30	8.788.575,87	2,56
Depósitos não judiciais	339.926,39	44.982,60	655,68
Outras obrigações a Curto Prazo	155.669.390,62	129.294.330,33	20,40
- Indenizações, Restituições e Compensações	2.888,43	7.056,43	(59,07)
- Precatórios de terceiros	80.132,60	60.816,42	31,76
- Incentivos à Educação, Cultura e Outros	249.328,10	375.415,32	(33,59)
- Transferências Financeiras a Comprovar - TED	155.337.041,49	128.850.172,76	20,56
Total	165.022.809,31	138.127.888,80	19,47

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

O montante de Consignações refere-se aos descontos efetuados em folha de pagamento de pessoal, que não foi recolhido até o encerramento do trimestre e destinado às associações, sindicatos, bancos etc. O principal consignatário dos repasses destinados aos planos de saúde e previdência é o Instituto UFV de Seguridade Social (AGROS).

Ressalta-se que, devido às mudanças na rotina de pagamento implantada a partir de 31/12/2018, as ordens bancárias pagas no último dia do mês são realizadas no primeiro dia útil do mês seguinte. Com isso, o saldo perdura nas contas de Passivo no fechamento do balanço e são zeradas no dia útil seguinte mediante a realização dos pagamentos.

Os Depósitos não judiciais correspondem aos depósitos de origem de órgãos e unidades externas para pagamento de obrigações de sua responsabilidade, bem como cauções de fornecedores que executam contratos com a UFV, cuja baixa depende do seu encerramento.

No caso da parcela referente à caução, relaciona-se aos ativos e passivos extra orçamentários, e tem como contrapartida a conta “Demais Contas - CEF”. Como apontado na análise da referida conta do ativo, os valores ainda permanecem pendentes de baixa, uma vez que os bens adquiridos foram recebidos e/ou o valor resgatado. Deste modo, as providências foram tomadas junto à agência bancária para apuração e ratificação dos saldos com base nos extratos bancários para baixa. Todavia, não há impacto no resultado patrimonial do exercício.

A redução (33,59%) dos Incentivos à Educação, Cultura e Outros remete a redução da apropriação de despesas ocorridas no mês, referente principalmente a auxílio-moradia e residência médica, cujo pagamento realiza-se no mês subsequente.

Os registros dos Termos de Execução Descentralizada (TED) foram ocasionados pela nova rotina da contabilização na UG repassadora. Em janeiro de 2019, a STN implantou uma nova rotina de operacionalização dos TEDs com contabilização das contas patrimoniais nas UGs repassadoras e receptoras dos recursos. Por isso, enquanto houver recursos pendentes de comprovação pela UG receptora, a UG descentralizadora deverá apropriar o direito na conta 11382.38.00 e a UG receptora registrar a obrigação na conta 21892.06.00 conforme lançamentos contábeis:



Quadro 3 – Contabilização dos TEDs

Lançamento na UG repassadora:	Lançamento da UG recebedora:
D – 11382.38.00 – Adiantamento TED	D – 36402.01.00 – VPD Incorporação de Passivos
C – 46392.01.00 – VPA Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	C – 21892.06.00 – Transferências Financeiras a Comprovar TED

Fonte: STN (2019).

Desta forma, a subconta Transferências Financeiras a Comprovar é um importante balizador da importância dos recursos externos para a Instituição. Os repasses de outros órgãos do Governo Federal são responsáveis por parte do passivo exigível (obrigações) e das contas do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo.

Em 2019, na UFV foi criada a Diretoria de Governança Institucional (DGI), responsável pelo gerenciamento e acompanhamento dos TED's, com o objetivo de dar maior ênfase à melhoria nos processos internos.

3.11. Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

A Tabela 17 apresenta o grupo de contas do ativo e passivo financeiro e permanente da UFV.

Tabela 17 – Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Ativo Financeiro	77.506.775,40	71.220.287,08	8,83
Recursos da Conta Única Aplicados	7.862.342,84	7.961.794,76	(1,25)
Demais contas – Caixa Econômica Federal	7.552,27	7.552,27	0,00
Limite de saque com vinculação de pgto – OFSS	4.852.241,29	3.818.483,77	27,07
Limite de saque c/vinc. pgto – ordem pgto - OFSS	64.784.639,00	59.432.456,28	9,01
Ativo Permanente	1.215.849.312,24	1.233.619.493,75	(1,44)
Demais créditos e valores a curto prazo	1.091.039,94	1.094.586,24	(0,32)
Estoques	826.743,88	925.872,16	(10,71)
Imobilizado	1.213.550.872,61	1.231.238.968,54	(1,44)
Intangível	380.655,81	360.066,81	5,72
Passivo Financeiro	163.192.922,93	144.636.274,20	12,83
Demais obrigações a curto prazo	9.602.946,79	9.216.899,62	4,19
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	4.885.598,33	5.792.224,94	(15,65)
Obrig. trab., previd. e assist. a pagar – CP	54.997.351,09	50.831.934,60	8,19
Obrigações fiscais a curto prazo	2.140,84	23.531,07	(90,90)
Credito empenhado a liquidar	0,00	0,00	-
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	66.622.532,61	67.500.328,64	(1,30)
RP não processados a liquidar	27.082.353,27	11.271.355,33	140,28
RPNP a liquidar bloqueados por Decreto	0,00	0,00	-
Passivo Permanente	174.897.801,44	151.629.828,83	15,35
Indenizações, Restituições e Compensações	2.688,43	0,00	-
Precatórios de terceiros	80.132,60	60.816,42	31,76
Transferências financeiras a comprovar – TED	155.337.041,49	128.850.172,76	20,56
Salários, Remunerações e benefícios	10,58	0,00	-
Décimo terceiro salário a pagar	0,00	0,00	-
Férias a pagar	17.040.514,61	19.846.278,13	(14,14)
Recursos fiscais – DARF a emitir	3.222,29	0,00	-
Precatórios de pessoal – curto prazo	2.329.135,84	2.077.797,75	12,10



Precatórios de pessoal – longo prazo	105.055,60	794.763,77	(86,78)
--------------------------------------	------------	------------	---------

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

O grupo de Ativo Financeiro da UFV no exercício de 2021 totaliza R\$ 77.506.775,40 e compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os numerários, teve um decréscimo de 8,83% se comparado a 2020. Em geral, refere-se à conta caixa disponível da Instituição, cuja maior parte registrada no balanço patrimonial está comprometida com o pagamento da folha de pessoal e fornecedores.

Por outro lado, apenas 13,97% deste grupo de ativo correspondem aos valores diretamente arrecadados com receitas patrimoniais de aluguel de imóveis e serviços prestados de concursos e demais eventos acadêmicos (Tabela 23). Com isso, enfatiza a dependência dos recursos descentralizados de outros órgãos do Governo para manutenção de suas principais atividades. Um melhor entendimento e detalhamento do potencial desta conta pode ser obtido com a análise do Balanço Orçamentário (item 4) e variações patrimoniais (item 6).

O Ativo Permanente engloba os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa, totaliza R\$ 1.215.849.312,24 após uma redução de 1,44% em relação ao exercício de 2020. De modo geral, remete ao ativo imobilizado, característica patrimonial da Instituição, essencial para o atendimento às atividades principais de seus usuários. Além disso, se trata dos créditos (item 3.2) e estoques (3.3).

O Passivo Financeiro inclui as dívidas fundadas e outros pagamentos independentes de autorização orçamentária, que soma R\$ 163.192.922,93 e evolui 12,83% em relação a 2020. Essa informação representa um aumento nos registros tempestivos das obrigações de curto prazo da Instituição, ou seja, não significa necessariamente uma tendência de aumento nos compromissos efetivos. O exercício de 2021 permanece marcado pela continuidade e reflexos da pandemia instaurada no país desde 2020.

No grupo de Passivo Financeiro são incluídos os compromissos oriundos da execução das despesas orçamentária provenientes de Restos a Pagar Processados (empenhos liquidados a pagar) e de Restos a Pagar Não Processados (empenhos ainda não liquidados a pagar). Além dos serviços da dívida a pagar, conforme dispõe o art. 92 e 98 da Lei Federal nº 4.320/64, por terem percorrido o estágio de empenho e não precisar de nova autorização na lei de orçamento para pagamento.

Os compromissos decorrentes de entradas compensatórias, previstas no parágrafo único do art. 3º da Lei Federal nº 4.320/64, relacionados aos depósitos, débitos de tesouraria e outros valores de terceiros, são de natureza temporária e devolutiva. A entrega de recursos referentes a tais passivos ao credor (pagamento/recolhimento) não requer autorização orçamentária por representarem recursos extra orçamentários.

O Passivo Permanente considera as dívidas fundadas e outras dependentes de autorização legislativa para amortização ou resgate no montante de R\$ 174.897.801,44, com elevação de



15,35% em relação ao exercício anterior. Tais valores englobam as dívidas fundadas, os encargos devidos a pessoal apropriados por competência, como férias e 13º salário (não empenhados), precatórios e outras dívidas da entidade (pendentes de autorização/execução orçamentária), que enquanto não são empenhadas fazem parte do passivo permanente.

Nesse contexto, com base em tais contas pode-se calcular o superávit ou déficit financeiro do exercício por meio da diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, quando for o caso. No exercício de 2021, houve um déficit de R\$ 85.686.147,53, pois as dívidas foram superiores aos recursos disponíveis, com base nas informações adicionais e detalhadas na análise do Balanço Financeiro (item 5).

Ressalta-se que, em setembro de 2021, o desequilíbrio entre o ativo financeiro e o passivo financeiro sem contrapartida (extra orçamentário), resultante das equações 0287 - superávit financeiro X DDR; 0297 - passivo financeiro extra X DDR extra orçamentária e 0696 - DDR a utilizar extra orçamentária, foi regularizado com a ajuda e orientação da Setorial Contábil do MEC.

3.12. Atos Potenciais Ativos

A Tabela 18 apresenta a principal conta de controle do Ativo da Instituição, cuja função é registrar o controle sobre os potenciais direitos, de responsabilidade de terceiros, como convênios, contratos e demais instrumentos congêneres, que podem aumentar o ativo ou diminuir o passivo.

Tabela 18 – Atos Potenciais Ativos – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec. (SALDO)	88.882.427,79	57.997.758,74	53,25
Execução dos Atos Potenciais Ativos	88.882.427,79	57.997.758,74	53,25

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

Como se observa, inclusive no quadro de compensações do Balanço Patrimonial (ativo e passivo), os atuais registros nessa conta são decorrentes de direitos a receber referentes aos recursos a serem descentralizados por diversos órgãos do Governo Federal.

O valor total contratado também considera os recursos já recebidos e não comprovados, ou seja, pendente de prestação de contas ou respectiva baixa. O saldo de R\$ 88.882.427,79, demonstrado na Tabela 18, significa o total de recursos pendentes na programação financeira do órgão, sob a forma de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres, contabilizado no momento da formalização pelo órgão federal concedente.

Ressalta-se a necessidade de melhoria e controle das receitas diretamente arrecadadas (receitas próprias), que é objeto de restrição na conformidade contábil de 2021. Por isso, observa-se uma divergência entre a arrecadação de receitas próprias, identificadas nos Balanços Orçamentário e Financeiro (receitas patrimoniais e serviços), e o controle dos



contratos de terceiros (atos potenciais ativos), resultante do não registro deste pelo serviço competente. Os procedimentos foram iniciados com o encaminhamento aos envolvidos no Serviço de Arrecadação para os devidos registros, considerando ainda a atualização dos processos, relatórios e planilhas pela gestão de imóveis da Pró-Reitoria de Administração.

3.13. Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente. Portanto, a principal função deste grupo de conta é registrar o controle sobre os atos e fatos que podem aumentar o passivo ou diminuir o ativo da Instituição. As informações são obtidas dos instrumentos de responsabilidade com terceiros como convênios, contratos e demais instrumentos congêneres.

Em 2021, a UFV apresenta um saldo de R\$ 132.881.935,85 dos Atos Potenciais Passivos registrados no Balanço Patrimonial - Quadro de Compensações – relacionados apenas aos compromissos contratuais a executar, como detalhado na Tabela 19.

Tabela 19 – Obrigações Contratuais – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Contratos de serviços em execução	130.627.845,64	138.771.316,19	(5,87)
Contratos e fornecimento de bens em execução	1.515.247,01	4.241.535,89	(64,28)
Contratos de alugueis em execução	642.807,49	448.835,67	43,22
Contratos de seguros em execução	96.035,71	96.035,71	0,00
Obrigações Contratuais a Executar	132.881.935,85	143.557.723,46	(7,44)

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

As Obrigações Contratuais correspondem a maior parte dos Atos Potenciais Passivos (98,30%) e se referem aos contratos firmados com prestadores de serviços necessários à manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFV. Na Tabela 19, demonstra-se a composição dos Atos Potenciais Passivos conforme a natureza dos respectivos contratos a executar.

Em 2021, verifica-se a redução das obrigações contratuais a executar de 7,44%, em relação à 2020, face à conciliação e baixa de saldos indevidos de exercícios anteriores referentes aos contratos encerrados realizada oportunamente a cada encerramento de trimestre.

No exercício de 2021, as obrigações contratuais de serviços (339039) representam 98,30% do total das obrigações assumidas pela UFV, decorrente da terceirização de serviços da atividade meio da Instituição referente aos cargos públicos extintos, que impossibilita a contratação de servidores efetivos. Na Tabela 20 detalham-se as unidades gestoras contratantes e seus respectivos valores.

Tabela 20 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante R\$ 1,00

UG Contratante	31/12/2021	31/12/2020	AH %
154051 - UFV	126.541.291,26	137.928.959,86	(8,26)
154052 - CAF	6.183.735,09	5.524.969,40	11,92
154053 - CEPET	156.909,50	103.794,20	51,17



Total	132.881.935,85	143.557.723,46	(7,44)
--------------	-----------------------	-----------------------	---------------

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

Importante esclarecer que constam registrados na UG 154051 (Viçosa) todos os contratos executados/realizados no campus de Rio Paranaíba (CRP), pois este não é uma unidade gestora executora até o período em análise.

Na Tabela 21, apresenta-se a relação dos maiores fornecedores com contratos a executar do exercício de 2021, que representam 91,92% do total das Obrigações Contratuais.

Tabela 21 – Maiores Obrigações Contratuais – Por Órgão R\$ 1,00

Contratados	31/12/2021	AV %	31/12/2020	AV %
Adcon - Administração e Conservação Eireli	21.811.133,23	16,41	21.645.132,57	15,08
Cemig Distribuição S.A	19.352.759,18	14,53	15.535.310,64	10,82
S&M Conservação e Limpeza Ltda	17.034.434,37	12,82	15.882.234,95	11,06
Trigoleve Industria e Comercio Ltda	13.030.798,07	9,81	13.030.798,07	9,08
Facev - Fundação Artística, Cultural e de Educação	9.502.220,90	7,15	19.238.876,11	13,40
Colabore - Serviços de Vigilância Armada Ltda	8.197.051,83	6,17	7.871.354,29	5,48
Andrade & Rodrigues Engenharia Ltda	6.909.213,69	5,20	4.937.472,7	3,44
Artebrilho Multisserviços Ltda	5.960.512,05	4,49	6.337.716,81	4,41
Alcance Engenharia e Construção Ltda	5.582.765,75	4,20	2.708.028,76	1,89
Eficiência Construtora Ltda	2.379.604,54	1,79	2.570.736,17	1,79
Fundação Arthur Bernardes	2.319.022,54	1,75	3.516.578,67	2,45
Eletrodata Engenharia Ltda	2.284.629,65	1,72	5.722.910,08	3,99
TFF Construções e Montagens Ltda	1.989.471,82	1,50	0,00	0,00
Mundo Telecomunicações e Informática Ltda	1.814.508,07	1,37	1.603.791,26	1,12
Pupo Cozinha Industrial Eireli	1.481.447,52	1,11	1.481.447,52	1,03
Teleco Construtora Ltda	1.406.153,95	1,06	39.704,51	0,03
Energize Soluções de Energia Ltda	1.095.080,00	0,82	0,00	0,00
Demais	10.731.128,69	8,08	21.435.630,35	14,93
Total	132.881.935,85	100,00	143.557.723,46	100,00

Fonte: Siafi Web, 2021.

Na Tabela 20, observa-se a redução de 7,44% dos contratos em relação ao exercício anterior favorecida pela conciliação sistemática, regularização e baixa dos vencidos. Os principais objetos contratados junto às empresas de maior representatividade são:

- Adcon - Administração e Conservação: Serviços de terceirizações diversas;
- Cemig Distribuição S.A: Serviço de fornecimento energia elétrica;
- S&M Conservação e Limpeza Ltda: Serviços de terceirização em limpeza e conservação;
- Trigoleve Indústria e Comércio Ltda: Aquisição de alimentos e fornecimento de refeições no Restaurante Universitário (Viçosa);
- Facev - Fundação Artística, Cultural e de Educação: Serviços de apoio a serviços e projetos institucionais;
- Colabore - Serviços de Vigilância Armada Ltda: Serviços de terceirização diversas;
- Andrade & Rodrigues Engenharia Ltda: realização de obras e serviços de



engenharia;

- Alcance Engenharia e Construção Ltda: realização de obras e serviços de engenharia.

Cumprе ressaltar que as obrigações contratadas mediante convênios do grupo de contas “Obrigações Conveniadas e outros Instrumentos Congêneres”, apesar de não constar saldo no quadro de compensações do Balanço Patrimonial, encontra-se registrada na referida conta com saldo alongado de exercícios anteriores, cuja conclusão e baixa deve ser objeto de acompanhamento pelo gestor responsável. Como exemplo tem-se os convênios com a Casa de Caridade de Viçosa - Hospital São João Batista (CNPJ 25.945.403/0001-34), registrado pela 2016NS004358 - CV836201, valor R\$152.492,09, incluindo rendimentos e a Fundação Assistencial Viçosense (CNPJ 17.989.187/0001-09), registro 2016NS004295 - CV836203, valor R\$150.000,00.

3.14. Ajustes de Exercícios Anteriores – PL

Como relatado no item 3.4.3, dentre as alterações ocorridas no exercício de 2021, a principal resulta de baixas dos saldos indevidos ou classificações incorretas. Os acertos de desequilíbrios extra orçamentários resultam em mutação do patrimônio líquido positiva, com a baixa de obrigações, e negativa, com a baixa de ativos indevidos. Por isso, os demonstrativos contábeis de 2021 apresentam variações em relação ao exercício anterior.

4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

O Balanço Orçamentário (BO) representa a composição das receitas e despesas orçamentárias orçadas e realizadas pela UFV no fechamento do exercício de 2021. Os itens mais relevantes do BO serão detalhados para discussão nos subtópicos 4.1 a 4.4.

Ressalta-se que a Lei Orçamentária Anual de 2021 (Lei nº 14.144, de 22/04/2021) foi publicada em abril, motivo pelo qual as colunas da “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita no Balanço Orçamentário não continham os valores no primeiro trimestre. Na coluna da “Dotação” da despesa constava os valores liberados pela STN na forma de 1/18 avos ou 1/12 avos, nos termos da Portaria STN nº 507, de 22/09/2020.

4.1. Receitas

Ressalta-se que as receitas da UFV, para fins de análise do BO, não abrangem as receitas de transferências financeiras constantes no Demonstrativo de Variações Patrimoniais aumentativas (DVP) e Balanço Financeiro (BF) (ver item 4.3. Resultado Orçamentário).

4.1.1. Receitas Correntes

As receitas realizadas no exercício de 2021 chegam a R\$ 5.364.635,34 conforme Tabela 22.

Tabela 22 – Receitas realizadas – Composição

R\$ 1,00

Natureza Receita	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
------------------	------------------	---------------------	---------------------



Alugueis e arrendamentos-principal	688.028,00	688.028,00	296.807,35
Alugueis e arrendamentos – multas e juros	-	-	22,40
Remuneração de depósitos bancários-principal	319.893,00	319.893,00	689.822,41
Serv.administrat.e comerciais gerais-princ.	9.313.491,00	9.313.491,00	4.063.154,97
Serv.administrat.e comerciais gerais-mul.jur.	-	-	19,46
Inscr.em concursos e proc.seletivos-principal	507.080,00	507.080,00	464,00
Outros serviços-principal	-	-	810,67
Outros serviços-multas e juros	-	-	44,73
Multas previstas em legisl. específica-princ.	-	-	37.517,74
Indeniz.p/danos causados ao patr.pub.-princ.	-	-	12.301,08
Outras indenizações-principal	-	-	6.322,88
Outras restituições-principal	-	-	42.244,31
Outras restituições – multas e juros	-	-	22,10
Títulos de respons.tes.nac.-merc.int.-princ.	404.164.492,00	404.164.492,00	-
Alienação de bens moveis e semoventes-princ.	-	-	193.550,00
Outras restituições-principal-intra	-	-	21.531,24
TOTAL	414.992.984,00	414.992.984,00	5.364.635,34

Fonte: Siafi Web, 2021.

Importante esclarecer a existência de déficit na arrecadação do exercício na ordem de R\$ 1.008.674.615,91 e acréscimo em relação ao ano anterior (26,54%), uma vez que a receita total arrecadada no exercício de 2020 foi de R\$ 4.239.369,77.

As receitas de serviços são responsáveis pela principal fonte de arrecadação própria, alcançando 75,76% das receitas realizadas. As receitas de serviços provêm da exploração das atividades educacionais e administrativas, como taxas de concursos, emissão de documentos, hospedagem e alimentação, ou podem resultar de estudos e pesquisas diversas.

A paralisação das atividades presenciais devido à pandemia do COVID-19 impactou negativamente na captação de receitas de serviços pela Instituição, pois o retorno das atividades de ensino de forma remota não gera o mesmo fluxo de demandas. Além da suspensão das atividades de hospedagem e alimentação. A realização de concursos tem sido retomada, conforme protocolos de segurança, mas em ritmo menor para evitar aglomerações.

Portanto, a frustração da receita efetivamente arrecadada em relação à prevista decorre da pandemia do COVID-19, que assola todo o território nacional e culmina na diminuição das atividades acadêmicas e administrativas responsáveis pelo impulso arrecadatário, como realização de eventos e o restaurante universitário (RU).

Por outro lado, outras receitas também são auferidas pela UFV em decorrência da exploração dos ativos disponíveis, como aluguéis de imóveis recebidos de outras instituições e empresas que utilizam o espaço para realizar suas atividades operacionais. Tais receitas representam 18,39% do total de receitas realizadas no valor de R\$ 986.652,16. Diante das características da receita patrimonial, no exercício de 2021 observa-se o acréscimo de 22,55% na sua arrecadação em relação a 2020, que totalizou R\$ 805.119,80. O saldo arrecadado das receitas em 2021 poderia ser maior caso os contratos de aluguéis com a empresa concessionária do RU fossem retomados, situação prevista para o início do exercício de 2022 com o retorno das



aulas presenciais.

No grupo de Outras receitas correntes estão contabilizadas as indenizações, restituições, ressarcimentos e reposição ao erário descontadas em folha de pagamento, dentre outras. Trata-se de uma receita altamente cíclica não relevante para as operações da Instituição e sem previsão para arrecadação. No exercício de 2021, as multas administrativas, contratuais e judiciais aplicadas somam R\$ 37.517,74 e as indenizações, restituições e ressarcimentos alcançam R\$ 82.421,61, ou seja, totalizam R\$ 119.939,35 de outras receitas correntes.

Na Tabela 23, apresenta-se a variação dos valores previstos e efetivamente arrecadados a título de receitas correntes.

Tabela 23 – Arrecadação Prevista X Arrecadação Realizada – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	Previsto	Arrecadado	Saldo
Receitas de Serviços	9.820.571,00	4.064.493,83	(5.756.077,17)
Receita Patrimonial	1.007.921,00	986.652,16	(21.268,84)
Outras Receitas Correntes	0,00	119.939,35	119.939,35
Total	10.828.492,00	5.171.085,35	(5.657.406,66)

Fonte: Siafi Web, 2021.

Como informado anteriormente, observa-se que o saldo arrecadado de receitas correntes de 5 milhões é inferior ao previsto, ou seja, há uma frustração relevante frente aos impactos dos eventos citados.

Conforme informações dos Atos Potenciais Ativos (3.12), apesar de não ser fator de interferência direta na arrecadação da Instituição, o controle das receitas deverá ser objeto de análise no exercício de 2022 face à restrição apontada na conformidade contábil do órgão.

4.1.2. Receitas de Capital

Em 2021, arrecadaram-se receitas provenientes da categoria econômica de capital no montante de R\$ 193.550,00 com a alienação de veículos no mês de junho. Contudo, qualquer dependência a esse tipo de receita seria limitada face às transferências de órgãos superiores, por isso sua ocorrência é esporádica.

No exercício de 2021, a principal fonte de receita de capital prevista foi classificada como Operações de Crédito – Mercado Interno na fonte 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Condicionadas no valor de R\$ 404.164.492,00. Tal fonte é composta por recursos provenientes da colocação de títulos da dívida pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, com finalidades específicas definidas em lei. Em contextos diversos, a previsão orçamentária para utilização de receita de capital para acobertar despesas correntes (quebra da regra de ouro) somente foi utilizada após a autorização legislativa (ver LOA - Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 - Publicada no DOU de 20.01.2020).

4.2. Despesas



A despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos autorizados pelo Poder Legislativo para atender a necessidade da coletividade prevista/fixada no orçamento. O demonstrativo expõe a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas) por grupo de natureza, conforme classificação orçamentária.

Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica das Despesas Correntes; e os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida, às Despesas de Capital. Na Tabela 24, apresenta-se a estrutura da proposta da dotação orçamentária aprovada para o exercício.

Tabela 24 – Dotação Inicial X Dotação Atualizada da UFV – Composição R\$ 1,00

Despesas	Dotação Inicial	AV %	Dotação Atualizada	AV %
Despesas Correntes – Pessoal e Encargos Sociais	838.142.180,00	87,18	842.269.656,00	87,24
Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes	117.028.283,00	12,17	113.048.174,00	11,71
Despesas de Capital - Investimentos	6.209.677,00	0,65	10.097.235,00	1,05
Total	961.380.140,00	100,00	965.415.065,00	100,00

Fonte: Siafi Web, 2021.

A UFV teve seu orçamento aprovado para o exercício de 2021 no valor de R\$ 961.380.140,00, com uma previsão de 17,35% menor que o executado em 2020, quando o orçamento aprovado foi de R\$ 1.163.251.640,00. Na Tabela 24, observa-se uma pequena atualização (0,42%) da dotação orçamentária no período em análise.

As despesas orçamentárias da UFV foram impactadas pela pandemia do COVID-19. No entanto, as características da composição orçamentária permanecem inalteradas, ou seja, as despesas correntes de pessoal e encargos sociais continuam com a maior participação, na ordem de 87,24% do total do orçamento executado com base na Dotação Atualizada em 2021, por serem despesas de caráter obrigatório e vinculado conforme demonstrado na Tabela 24.

4.2.1. Despesas Correntes

Na Tabela 25, demonstra-se a execução das despesas correntes no exercício de 2021 por grupo de natureza.

Tabela 25 – Execução das Despesas Correntes – Composição R\$ 1,00

Despesas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Pessoal e Encargos Sociais	842.269.656,00	834.021.080,49	834.021.080,49	773.389.728,42	8.248.575,51
Outras Despesas Correntes	113.048.174,00	172.236.356,41	112.972.696,54	108.550.112,86	(59.188.182,41)
Total	955.317.830,00	1.006.257.436,90	946.993.777,03	881.939.841,28	(50.939.606,90)

Fonte: Siafi Web, 2021.

O total da despesa empenhada superior à dotação atualizada demonstra que o orçamento próprio da UFV não foi suficiente para cobrir o exercício de 2021, ou seja, executou-se



despesas com orçamento de outros órgãos por meio do recebimento de créditos orçamentários.

O grupo de natureza de despesa com Pessoal e Encargos Sociais se refere aos valores pertinentes à folha de pagamento e seus encargos sociais. Por conseguinte, representa a maior despesa da Instituição ao corresponder na análise vertical a 87,69% das despesas correntes totais pagas em 2021.

As Outras Despesas Correntes equivalem a 12,31% das despesas totais correntes pagas e englobam as despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e outras despesas não classificáveis nos demais grupos. Além dos gastos diretos com terceirização de mão de obra para o apoio administrativo, manutenção predial, serviços de limpeza e serviços de vigilância.

4.2.2. Despesas de Capital

Na Tabela 26 apresenta-se a execução das despesas de capital de 2021 por grupo de natureza.

Tabela 26 – Execução das Despesas de Capital – Composição R\$ 1,00

Despesas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Investimentos	10.097.235,00	7.781.814,35	422.941,61	373.148,23	2.315.420,65
Total	10.097.235,00	7.781.814,35	422.941,61	373.148,23	2.315.420,65

Fonte: Siafi Web, 2021.

As despesas de capital estão voltadas para as atividades de manutenção das instalações e serviços diversos com ensino, pesquisa e extensão, cujo principal e único item no exercício de 2021 no âmbito da UFV é Investimento - Obras em Execução e aquisição de equipamentos. Nesse grupo também são contabilizadas as despesas orçamentárias com softwares, planejamento e execução de obras, aquisições de instalações, equipamentos e material permanente.

Vale ressaltar que, no exercício de 2021, empenharam-se 77,07% da dotação atualizada das despesas de capital – Investimentos, dos quais apenas 5,44% foram liquidadas e 4,80% pagas.

4.2.3. Restos a pagar COVID – 19

Em virtude da pandemia do COVID-19, a Emenda Constitucional 106 e a Medida Provisória 989/2020 abriram-se créditos extraordinários para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus no exercício de 2020, cujos reflexos ainda permanecem em 2021.

Na Tabela 27 são apresentadas as informações sobre a inscrição de restos a pagar relativos aos Planos Orçamentários (POs) executados com recursos do Orçamento de Guerra, Ação de Governo 21C0, direcionados ao COVID-19, no âmbito da UFV.

Tabela 27 – Restos a Pagar COVID – 19

R\$ 1,00



PO	Restos a pagar processados inscritos	Restos a pagar não processados inscritos	Restos a pagar não processados cancelados	Restos a pagar não processados liquidados	Total
21C0	1.780,79	462.361,87	94.879,58	367.482,29	926.504,53

Fonte: Siafi Web, 2021.

Os restos a pagar destinam-se ao pagamento de despesas com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional. As variações nos gastos refletem as medidas adotadas pela Instituição para o enfrentamento da pandemia do COVID-19, por exemplo, a redução de despesas com diárias, passagens, serviços de hospedagens, locomoção, locação de transporte, água e esgoto, telefonia, energia elétrica e auxílios.

4.3. Resultado Orçamentário

Em 2021, as receitas realizadas atingem o montante de R\$ 5.364.635,34 e as despesas empenhadas perfazem o total de R\$ 1.014.039.251,25, ou seja, o resultado orçamentário é deficitário em R\$ 1.008.674.615,91.

Vale ressaltar que, segundo o MCASP de 2019 (p. 415), os Balanços Orçamentários de órgãos e entidades poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade e deve ser evidenciado complementarmente por nota explicativa, que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.

Os valores considerados nas Receitas Realizadas correspondem somente às receitas próprias arrecadadas pelo órgão, ou seja, não computa os créditos orçamentários recebidos por transferências ou recebimentos para pagamento de Restos a Pagar. Esses créditos não aparecem no BO pelo fato da metodologia de sua elaboração não considerar o balanço consolidado de órgão superior.

Para compreender essa situação deve-se reportar ao Balanço Financeiro e verificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registrados ao lado dos Ingressos correspondem ao total de créditos orçamentários recebidos. Portanto, as disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas, Transferências Financeiras Recebidas e Recebimentos Extra orçamentários) suportam os déficits orçamentários indicados no balanço.

4.4. Restos a Pagar

Com base no Balanço Orçamentário, a análise dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e Restos a Pagar Processados (RPP) se referem aos créditos de exercícios anteriores registrados até o exercício de 2019 e os “inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior” remete aos créditos oriundos da execução orçamentária do exercício de 2020.

4.4.1. Restos a Pagar Não Processados (RPNP)



O art. 67 do Decreto nº 93.872/1986 define como RPNP as despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (executadas) até 31 dezembro devido a não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, bem como aferição parcial ou entrega de obras no exercício.

O RPNP é composto pela parte destinada às despesas com investimentos, obras e serviços de engenharia, com peculiaridades que exigem a fiscalização e, conseqüente, previsão orçamentária para a conclusão, mas que estão previstos no orçamento da Instituição. Por outro lado, as Outras Despesas Correntes se referem basicamente às despesas com manutenção das instalações e serviços terceirizados, conforme apontado nas análises do BO.

Na Tabela 28, observa-se que 85,69% se referem aos restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro de 2020 e apenas 14,31% advindos de exercícios anteriores. Estes configuram os restos a pagar não processados reinscritos, que denota a normalidade nos pagamentos e cancelamentos destes saldos tempestivamente.

Tabela 28 – Execução de Restos a Pagar Não Processados – Composição R\$ 1,00

Despesas	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2020	Liquidados	Pagos	Cancelados
Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes	1.788.864,69	51.131.291,31	36.632.673,23	35.322.385,03	17.018.660,95
Despesas de Capital - Investimentos	9.482.490,64	16.369.037,33	14.461.171,47	14.140.964,84	11.694.187,15
Total	11.271.355,33	67.500.328,64	51.093.844,70	49.463.349,87	28.712.848,10

Fonte: Siafi Web, 2021.

Ademais, dos valores inscritos no encerramento de 2020, apenas uma parcela das despesas é oriunda dos créditos de 2019, considerando os pagamentos, bloqueio e cancelamento previstos no Decreto 93.872/86 quanto às despesas não iniciadas.

Em comparação aos exercícios anteriores, percebe-se que as políticas de redução dos estoques de restos a pagar surtiram efeito, conforme análise dos demonstrativos orçamentários. Os créditos empenhados e não liquidados estão sendo bloqueados no mês de junho do segundo ano consecutivo, sendo que, em caso de não desbloqueio, por não atenderem aos requisitos previstos no Decreto 93.872/86, são cancelados no encerramento deste exercício.

Desta forma, os saldos porventura reinscritos ou alongados de exercícios anteriores são averiguados junto aos responsáveis pela contratação para as devidas providências e justificativas.

4.4.2. Restos a Pagar Processados

Os Restos a Pagar Processados referem-se aos dispêndios advindos de obrigações decorrentes de liquidações de despesas, principalmente, de custeio. Dada a política de repasse de transferências intragovernamentais vinculadas às despesas efetivamente liquidadas, seu percentual em relação aos Restos a Pagar não apresenta relevante participação.



Tabela 29 – Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados R\$1,00

Despesas	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2020	Pagos	Cancelados
Despesas Correntes – Pessoal/Encargos	10,58	55.923.880,66	55.923.880,66	10,58
Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes	2.296.536,33	6.344.658,62	6.261.813,70	5.636,15
Despesas de Capital - Investimentos	221.696,56	1.032.824,88	1.214.379,81	-
Total	2.518.243,47	63.301.364,16	63.400.074,20	5.646,73

Fonte: Siafi Web, 2021.

Na Tabela 29, pode-se constatar que 96,17% dos restos a pagar se referem aos processados inscritos em 31 de dezembro de 2020 e 3,83% advindos de exercícios anteriores. No exercício de 2021, observa-se que 96,32% do montante total dos restos a pagar inscritos foram pagos.

Vale ressaltar que nos últimos anos houve uma redução e estagnação do estoque de restos a pagar processados. Como informado no item 3.8 (Fornecedores), as obrigações inscritas em RPP de exercícios anteriores se referem em sua totalidade às despesas liquidadas e não pagas ou canceladas até o encerramento dos últimos três exercícios.

Por fim, o valor inscrito em Restos a Pagar Processados na data de 31/12/2020 referente à folha de pagamento de pessoal de dezembro de 2020 (R\$ 55.923.880,66) foi totalmente pago no mês subsequente.

5. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO – BF

A Lei nº 4.320/1964 traz que o Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e transferidos para o início do exercício seguinte. Na Tabela 30, comparam-se as receitas e despesas do exercício de 2021 com o resultado financeiro do exercício anterior.

Tabela 30 – Resultado Financeiro – Em 31/12/2021 R\$ 1,00

Item	2021	2020	Avaliação Horizontal (%)	Avaliação Vertical (%) 2021
Receitas Orçamentárias	5.364.635,34	4.239.369,77	26,54	0,41
Despesas Orçamentárias	1.014.039.251,25	986.564.160,02	2,78	76,92
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	(1.008.674.615,91)	(982.324.790,25)	2,68	(76,51)
Transferências Financeiras Recebidas	1.006.379.363,74	951.870.427,64	5,73	76,34
Transferências Financeiras Concedidas	113.368.713,37	7.225.718,44	1.468,96	8,60



RESULTADO DAS TRANSFERÊNCIAS	893.010.650,37	944.644.709,20	(5,47)	67,74
Recebimentos Extraorçamentários	235.404.419,97	130.027.700,28	81,04	17,86
Despesas Extraorçamentárias	113.453.966,11	92.255.597,36	22,98	8,61
RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO	121.950.453,86	37.772.102,92	222,86	9,25
Resultado Financeiro do Exercício	6.286.488,32	92.021,87	6.731,52	0,48

Fonte: Siafi Web, 2021.

Ao comparar o exercício de 2021 com 2020, observa-se que a receita orçamentária apresenta uma evolução de 26,54% favorecida pelo aumento de outros recursos vinculados aos fundos, órgãos e programas e alienação de bens e direitos. Além disso, tem-se outros motivos relatados no tópico sobre as receitas orçamentárias do Balanço Patrimonial (4.1.1).

Como principal fonte de ingressos financeiros, as transferências financeiras recebidas aumentam 5,73%, que conjugadas com despesas orçamentárias denotam em menor pressão por necessidade de receitas externas para cobrir as despesas. A análise aprofundada e comparativa entre as receitas e despesas orçamentárias é abordada no tópico 4 das notas explicativas relacionadas ao Balanço Orçamentário.

Além disso, as transferências financeiras recebidas correspondem a 76,34% do total do Balanço Financeiro. Inclusive, a maioria advém de recursos recebidos do MEC (Tesouro Nacional) e de outros órgãos da administração pública federal para o pagamento de despesas orçamentárias, principalmente, as despesas obrigatórias com pessoal e encargos de maior vulto na Instituição. Já os recebimentos “Independentes da Execução Orçamentária” são compostos pelos recursos auferidos para o pagamento de restos a pagar inscritos.

As transferências financeiras concedidas apresentam um considerável acréscimo se comparado o exercício de 2020 com 2021, uma vez que salta de R\$ 7 milhões para R\$ 113 milhões. Tal fato é favorecido pelas movimentações independentes da execução orçamentária relacionadas às transferências concedidas para o pagamento de RP e movimento de saldos patrimoniais, além do acréscimo no sub-repasse concedido e inexistência de repasses devolvidos.

Por fim, o grupo de maior representatividade monetária registrado no BF é a Despesa Orçamentária (76,92%), que engloba as despesas ordinárias e vinculadas fixadas no orçamento público, cuja realização depende de autorização legislativa. Em 2021, as despesas orçamentárias ordinárias aumentam 28,94%, enquanto as vinculadas caem 33,52%, em relação ao exercício de 2020.

5.1. Restos a Pagar Não Processados

O grupo de Recebimentos Extra orçamentários inclui a Inscrição de Restos a Pagar Não



Processados ao lado dos Ingressos de modo a compensar/equilibrar a contrapartida do seu registro como despesa (despesas empenhadas/executadas) ao lado dos Dispêndios. Essa metodologia é definida no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, segundo a qual “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”. Portanto, as despesas empenhadas e ainda não pagas até 31/12 são consideradas como restos a pagar não processados. Assim, "os Restos a Pagar inscritos serão computados na receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária" (art. 103, parágrafo único da Lei nº 4.320/64).

Para ilustrar, do valor de R\$ 66.622.532,61 constante no Balanço Financeiro de 2021 cerca de 24% se refere aos créditos empenhados com despesas de capital. Enquanto isso, as maiores despesas se referem ao custeio destinadas a cobertura dos serviços de manutenção e ampliação de estruturas físicas em geral nos *campi* da Instituição.

Por se tratar de ingressos vinculados à inscrição dos restos a pagar, a variação dos recebimentos extra orçamentários não apresenta necessariamente uma condição relevante para análise. Esse grupo apresenta um aumento de 81,04% no exercício de 2021. Ressalta-se o aumento na regularização dos estoques dessa conta como discutido no tópico do BO.

Vale ressaltar as providências adotadas pelos órgãos vinculados ao MEC em cumprimento à determinação do TCU exarada no seu Acórdão nº 2823/2015-P para redução e contenção do estoque de restos a pagar no âmbito da administração pública federal, objeto dos ofícios circulares conjuntos da Secretaria de Orçamento Federal, da STN e da CGU.

5.2. Restos a Pagar Processados

Dada a política de repasse de transferências intragovernamentais vinculadas às despesas efetivamente liquidadas pode-se dizer que não há evolução relevante em relação aos exercícios anteriores. A principal informação a ser apontada é o RPP registrado em contrapartida à conta de fornecedores referente aos exercícios anteriores a 2019, que se encontra em situação de alongamento indevido. Portanto, está pendente de pagamento em diversos exercícios, como citado no tópico sobre passivo do Balanço Patrimonial (3.8).

A inscrição dos restos a pagar processados apresenta uma evolução de 4,68% e equivale a 27,66% do total de recebimentos extra orçamentários destacados no BF.

5.3. Resultado Financeiro – Balanço Financeiro

Há duas formas para o cálculo do resultado financeiro denominadas de metodologia 1 e 2 demonstradas nas Tabelas 31 e 32.

Tabela 31 – Resultado Financeiro do período – Metodologia 1

R\$ 1,00

Metodologia 1	2021	2020	AH %
(+) Ingressos (exceto Caixa)	1.247.148.419,05	1.086.137.497,69	14,82
(-) Dispêndios (exceto Caixa)	1.240.861.930,73	1.086.045.475,82	14,26
Resultado Financeiro do Período	6.286.488,32	92.021,87	6.731,52

Fonte: Siafi Web, 2021.



Tabela 32 – Resultado Financeiro do período – Metodologia 2 R\$ 1,00

Metodologia 2	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Caixa e Equivalentes de Caixa: Saldo para o Exercício Seguinte	77.506.775,40	71.220.287,08	8,83
Caixa e Equivalentes de Caixa: Saldo do Exercício Anterior	71.220.287,08	71.128.265,21	0,13
Resultado Financeiro do Período	6.286.488,32	92.021,87	6.731,52

Fonte: Siafi Web, 2021.

O resultado financeiro do exercício de 2021 apresenta um superávit de R\$ 6.286.488,32. Em relação a 2020, esse resultado apresenta um considerável aumento acompanhado pelo crescimento das receitas orçamentárias, transferências financeiras recebidas e recebimentos extra orçamentários superiores às despesas orçamentárias, transferências financeiras concedidas e despesas extra orçamentárias, como apresentado na Tabela 30.

A análise da composição das contas do BF permite constatar que os montantes recebidos (ingressos), incluído a compensação dos recursos a receber de RP (independente de execução orçamentária), equivale aos dispêndios ocorridos. Tal fato é ratificado pela baixa variação nos saldos dos caixas no início e final do exercício, que culmina em um resultado financeiro superavitário, como apontado no tópico 5.3.

6. NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL – DVP

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio e evidencia as alterações, resultantes ou não da execução orçamentária, para apurar o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP demonstra a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

O Resultado Patrimonial, apurado em 31/12/2021, apresenta um déficit no valor de R\$ 7.951.495,89 ao confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (Receitas) e Diminutivas (Despesas), como exposto na Tabela 33.

Tabela 33 – Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) X Diminutivas (VPD) R\$ 1,00

Conta	2021	2020	AH %
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	1.145.571.479,93	1.206.170.399,61	(5,02)
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	1.153.522.975,82	990.965.788,93	16,40
Resultado Patrimonial do Período	(7.951.495,89)	215.204.610,68	(103,69)

Fonte: Siafi Web, 2021.

Enquanto as VPAs reduzem 5,02%, as VPDs crescem 16,40% em relação ao mesmo período de 2020. Tal fato também é comprovado ao verificar que os passivos de curto prazo superam os ativos de curto prazo, influenciando a obtenção desse resultado no exercício de 2021.

Nos tópicos seguintes serão apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros contabilizados no Balanço Patrimonial.



6.1. Variações Patrimoniais Aumentativas

6.1.1. Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Registram-se as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a prestação de serviços e demais receitas administrativas próprias da Instituição, como apontado nas receitas orçamentárias do BO.

No exercício de 2021, tais receitas ampliaram 19,43% com o retorno parcial das atividades internas até então suspensas em decorrência da pandemia do COVID-19, como mencionado no tópico sobre o Balanço Orçamentário. O retorno gradual das atividades administrativas, seguindo os protocolos de segurança e em escala operacional presencial reduzida, tem refletido no resultado do exercício conforme se observa na DVP.

6.1.2. Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

Compreende o valor total das variações patrimoniais aumentativas decorrentes da remuneração do saldo diário dos depósitos da União existentes no Banco Central e aplicação de recursos da conta única de acordo com a rentabilidade média intrínseca dos títulos do Tesouro.

Os procedimentos para registro tempestivo das remunerações dos depósitos em conta única foram iniciados em 2019 pela STN, resultando em maior fidedignidade ao resultado patrimonial da UFV. Em 2021, este item corresponde a 0,06% do grupo de VPAs com um acréscimo de 27,74% se comparado ao exercício de 2020. Maiores informações estão em tópico específico do Balanço Patrimonial (direitos).

6.1.3. Transferências Intragovernamentais

Dado as características dos créditos orçamentários da Instituição, esse item apresenta a maior representatividade (87,85%) no grupo de receitas recebidas por ser a principal fonte de recursos, mantendo uma estabilidade se comparado ao exercício de 2020.

A variação desse grupo em 2021, se comparado ao mesmo período em 2020, apresenta um acréscimo de apenas 5,73%. Para entendimento dos detalhes dessa receita deverá reportar ao Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro (receitas de transferências).

6.1.4. Ganhos com Desincorporação de Passivos

A variação deste grupo se refere à conta 46401.0100 – Ganhos com Desincorporação de Passivo na UG 154051. Esta conta passou a ser registrada a partir de 2018 com a nova rotina de TED (Termo de Execução Descentralizada), que apropria o ativo (conta 11382.38.00 - Adiantamento de TED) em contrapartida na VPA da UG descentralizadora.

No exercício de 2020, houve a contabilização da baixa de precatórios de terceiros, no valor de 234 milhões, por força da Lei nº 13.463/2017. Já em 2021, representa 2,21% das VPAs do período, apesar da redução de 89,82% em relação a 2020 com o cancelamento de precatórios ou requisição de pequeno valor (RPV) no montante de R\$ 583.491,34. Maiores detalhes estão na composição do Passivo Permanente demonstrado na Tabela 17.



Além disso, no mês de junho de 2021 foi realizado o leilão de veículos da frota da UFV, que culminou em ganhos com alienação de bens móveis no montante de R\$ 193.550,00 arrecadados via guia de recolhimento da União (GRU).

A apropriação do ativo como contrapartida da VPA é abordada em nota explicativa do BP (Demais Obrigações a Curto Prazo - 3.10).

6.1.5. Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

A ampliação considerável dessa variação aumentativa expõe a relação relevante da retomada na arrecadação das receitas próprias, principalmente, relacionadas às multas administrativas aplicadas em terceiros por descumprimento de cláusulas contratuais a serem pagas à UFV, bem como indenizações, restituições e outros ajustes decorrentes de retificação de receitas orçamentárias.

No entanto, não é possível mensurar de forma efetiva sua contribuição no resultado do exercício por ser de caráter altamente cíclico e representar apenas 8,98% das VPA.

6.2. Variações Patrimoniais Diminutivas

6.2.1. Remuneração a Pessoal

Representa as variações da remuneração do pessoal ativo civil reduzido dos subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Portanto, é a principal despesa institucional gerada pela provisão de despesas com pessoal ativo e inativo, cuja representatividade é de 35,85% das VPDs, com um aumento de 2,36% em relação ao exercício de 2020.

Esse grupo devido ao caráter obrigatório, não sofreu grande impacto com a pandemia do COVID-19, com exceção às despesas com auxílio transporte face ao afastamento da maioria dos servidores em trabalho *home office*, que repercute como a principal responsável da redução nas despesas com Benefício a Pessoal (0,63%) em relação a 2020.

As informações sobre a execução dessas despesas no exercício de 2021 estão detalhadas na Tabela 25 apresentada no tópico do Balanço Orçamentário.

6.2.2. Encargos Patronais

Referem-se às despesas diretas de responsabilidade do empregador UFV, decorrentes dos custos com remuneração de pessoal e pensionistas, cuja análise está diretamente relacionada à Remuneração de Pessoal. No exercício de 2021, esse grupo apresenta um aumento de 3,47% em relação a 2020 e representa 8,40% das VPDs.

6.2.3. Benefícios Previdenciários e Assistenciais



Compreendem as aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do regime próprio da previdência social e do regime geral da previdência social, bem como as ações de assistência social.

Os dispêndios com aposentadorias do pessoal inativo representam 23,89% das VPDs com o acréscimo de 2,94% em comparação ao exercício anterior. Vale ressaltar que tal grupo não sofre grande impacto, assim como as despesas com ativos.

O principal destaque a observar nesse grupo de VPD é o registro de Outros Benefícios Assistenciais a Pagar, cuja ampliação de 0,28% está atrelada ao repasse realizado ao Instituto UFV de Seguridade Social – AGROS (CNPJ 20.320.487/0001-05), do benefício de assistência à saúde per capita - médica e odontológica - dos servidores da UFV iniciado no exercício de 2020.

6.2.4. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Correspondem às diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras, que representa 8,91% das VPDs de 2021.

Vale ressaltar que a depreciação mensal dos bens tem sido devidamente lançada, com base no Relatório de Movimentação de Bens (RMB) extraído do Sistema Integrado de Materiais (SIM) utilizado na UFV, e representa 0,64% das VPDs com uma queda de 10,79% no exercício de 2021.

O principal impacto no exercício é representado pela variação na conta de uso de material de consumo, com o aumento de 40,50% em relação ao exercício anterior. Independente dos problemas relacionados à pandemia, as despesas voltadas às atividades operacionais, acadêmicas e administrativas aumentam e equivalem a 0,88% das VPDs.

As despesas com serviços também apresentam um aumento de 35,00% com o retorno gradual dos setores, seguindo os protocolos de segurança em relação à pandemia do COVID-19, apesar dos servidores enquadrados em situações excepcionais continuarem as atividades de forma remota.

6.2.5. Transferências e Delegações Concedidas

Englobam as transferências intergovernamentais, intragovernamentais, a instituições multi governamentais, privadas com ou sem fins lucrativos, convênios, ao exterior e execuções orçamentárias delegadas.

Na UFV, as principais transferências são intragovernamentais (CAF e CEPET), a instituições privadas (ANDIFES), ao exterior (anuidade da Associação da Câmara do Comércio Brasil – Catalunha) e outras transferências (bens transferidos entre unidades gestoras subordinadas – CAF/CEPET/CRP). Essas transferências representam 9,88% do total das VPDs, com uma



evolução considerável se comparadas ao exercício anterior conforme Tabela 30 apresentada no tópico do Balanço Financeiro.

6.2.6. Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Incluem a desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias.

No exercício teve maior representatividade a conta de incorporação de passivo (4,14% das VPDs) ocasionado, principalmente, pelo registro da contrapartida do recebimento de TED's a comprovar junto ao órgão concedente. Entretanto, o acréscimo de 35,65% em relação ao exercício anterior denota uma situação eventual de impacto no patrimônio, pois é uma despesa econômica sem saída de financeiro de modo que a conclusão da obrigação ocorre com a comprovação/prestação de contas junto ao órgão cedente.

6.2.7. Incentivos

No grupo de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas observa-se o aumento de 0,58% dos incentivos, que representam 0,86% das VPDs de 2021 e incluem o pagamento de bolsas de diversos estudos nos *campi* Viçosa e CAF, de caráter recorrente dado às atividades inerentes da UFV.

7. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

7.1. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes Caixa

No exercício de 2021, a Geração Líquida de Caixa apresentou um acréscimo considerável se comparado a 2020. Na Tabela 34, detalha-se a formação de Caixa e equivalentes de caixa ocorrida no período.

Tabela 34 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação R\$ 1,00

Item	2021	2020	AH %
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	71.220.287,08	71.128.265,21	0,13
- Atividades Operacionais	21.821.431,23	16.370.609,88	33,30
- Atividades de Investimentos	(15.534.942,91)	(16.278.588,01)	3,38
- Atividades de Financiamento	0,00	0,00	
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	77.506.775,40	71.220.287,08	8,83
Geração Líquida de Caixa	6.286.488,32	92.021,87	6.731,52

Fonte: Siafi Web, 2020/2021.

Com base no Princípio da Unidade de Caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC demonstra o resultado financeiro apurado no BF. Portanto, no encerramento de 2021, a geração líquida de caixa é positiva no valor de R\$ 6.286.488,32.

O fluxo de caixa líquido inicial das atividades da UFV é de R\$ 71.220.287,08 no exercício de 2021, com um acréscimo de 0,13% em relação a 2020. O saldo final da conta caixa e equivalente de caixa amplia 8,83% se comparado ao exercício de 2020, como se observa no Balanço Financeiro (5.3), após a equalização dos déficits do exercício anterior.



7.1.1. Atividades Operacionais

As atividades Operacionais são responsáveis pela maior movimentação na geração líquida de caixa devido às características das operações da UFV tratadas nos tópicos do BO e BF.

A receita de maior representatividade é o grupo de Outros Ingressos representada pelas Transferências Financeiras Recebidas do MEC e outros órgãos, conforme Balanço Orçamentário.

Os desembolsos para cobrir os gastos com pessoal somados às transferências concedidas para manutenção das demais UG's vinculadas totalizam quase R\$ 980 milhões. Vale ressaltar que os ingressos provenientes de receitas próprias são insuficientes para custeá-las, por isso depende-se do recebimento de transferências a fim de equalizar a situação.

7.1.2. Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital distintas das destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

Nos ingressos de caixa tem-se todas as atividades que visam a troca de ativos de liquidez baixa para alta. Assim, entendem-se as receitas de capital resultantes de conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), reservas e transferências de capital recebidas.

Por outro lado, os desembolsos relacionados às atividades de investimento englobam a aquisição de ativos de baixa liquidez (longo prazo para geração de benefício) e a concessão de empréstimos e financiamentos de longo prazo. No caso da UFV, a principal atividade se destina a realização e formação de ativos reais abrange, entre outras ações, o planejamento e execução de obras, compra de instalações, equipamentos e material permanente.

As atividades de investimento apresentam um aumento de 4,57% em relação ao exercício de 2020 devido à redução dos desembolsos com a aquisição de ativos não circulantes em 0,15% e aumento de outros desembolsos de investimentos (24,67%). Enquanto isso, os ingressos advindos da alienação de bens no exercício de 2021 equivalem a 1,25% dos fluxos de caixa das atividades de investimento.

7.1.3. Atividades de Financiamento

Na UFV não há registros até o término do exercício 2021 de atividades relacionadas às operações de créditos, amortizações de empréstimos concedidos e outras receitas de capital consideradas como atividades de financiamento.